

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSITUTO DE HISTÓRIA
GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Débora Ceron Carvalho

O NOVO ENSINO MÉDIO E O AVANÇO NEOLIBERAL DIANTE AS
POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL (2013 - 2022)

DÉBORA CERON CARVALHO

O NOVO ENSINO MÉDIO E O AVANÇO NEOLIBERAL DIANTE AS POLÍTICAS
EDUCACIONAIS NO BRASIL (2013 - 2022)

Monografia apresentada ao Instituto de História da
Universidade Federal de Uberlândia, como parte das
exigências para a obtenção do título de licenciatura e
bacharelado em História.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Paulo Morais

Uberlândia 2024

CARVALHO, Débora Ceron. O novo ensino médio e o triunfo neoliberal diante as políticas educacionais no Brasil (2013 - 2022) – Uberlândia, 2024.

Orientação: Prof. Dr. Sérgio Paulo Morais.

Monografia (Licenciatura e Bacharelado) Universidade Federal de Uberlândia, Curso de Graduação em História.

Inclui Bibliografia.

Palavras-chave: Educação pública; Ensino Médio; neoliberalismo.

DÉBORA CERON CARVALHO

O NOVO ENSINO MÉDIO E O AVANÇO NEOLIBERAL DIANTE AS POLÍTICAS
EDUCACIONAIS NO BRASIL (2013 - 2022)

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Sérgio Paulo Morais
Orientador, Universidade Federal de Uberlândia

Prof.^a M^a. Claudiane Mara Braga Belmiro

Prof. Isaac Vasconcelos Jeronimo

*“A economia é o método. O objetivo é mudar
coração e a alma”*

(Margareth Thatcher)

RESUMO:

Esta pesquisa tem como objetivo debater sobre a construção da Reforma do Ensino Médio. Perpassando por um primeiro programa pleiteado pelo governo da então presidenta Dilma Rousseff em 2013, mas que não chegou a ser homologado, até a projeção da atual reforma vigente executada pelo governo de Michael Temer em 2016. Para tanto, este trabalho utilizou de fontes bibliográficas, legislativas, imprensa e documentos normativos, compreendendo que cabe ao historiador observar a especificidade do uso cada fonte. E procurou analisar a articulação entre a Reforma do Ensino Médio - Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, conversão da Medida Provisória nº 746, de 2016. – com o contexto político e processo histórico vivenciado entre os anos de 2013 até 2022.

Palavras-Chave: educação pública; ensino médio; neoliberalismo.

ABSTRACT:

This research aims to debate the construction of the Higher Education Reform. Perpassing by a first programme pleaded by the government of then President Dilma Rousseff in 2013, but that did not come to be approved, until the projection of the current reform in force executed by the Government of Michael Temer in 2016. For this, first work used bibliographic sources, legislative, press and normative documents, understanding that it is up to the historian to observe the specificity of the use of each source. And sought to analyze the link between the Higher Education Reform - Law No. 13.415, of February 16, 2017, conversion of the Provisional Measure No. 746, of 2016. - with the political context and historical process experienced between the years 2013 to 2022.

Keywords: public education; high school; neoliberalism.

Sumário

INTRODUÇÃO	9
ESTADO SOB A NAVALHA DOS GOLPES DA BURGUESIA.....	12
I. AMÉRICA LATINA E BRASIL NA MIRA DO CAPITAL.....	12
II. EDUCAÇÃO PÚBLICA NA PERIFERIA DO CAPITALISMO NO ALVO DOS ÓRGÃOS INTERNACIONAIS: TEORIA DO CAPITAL HUMANO E ESTIGMATIZAÇÃO DA POBREZA.	15
III. MESA POSTA: O NEOLIBERALISMO SE LAMBUZA NA FARRA ANTIDEMOCRÁTICA.	19
REFORMULAÇÃO DO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO.....	38
I. ENSINO MÉDIO BRASILEIRO É A NOVA JABUTICABA?: DEBATE PÚBLICO, RESISTÊNCIA E HOMOLOGAÇÃO DA MP Nº 746.	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS	61
I. IMPRENSA.....	61
II. WEB SITE E PORTAIS OFICIAIS	65
III. LEGISLATURA.....	66
IV. BIBLIOGRAFIA.....	68

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo debater sobre a construção da Reforma do Ensino Médio. Perpassando por um primeiro programa pleiteado pelo governo da então presidenta Dilma Rousseff em 2013, mas que não chegou a ser homologado, até a projeção da atual reforma vigente executada pelo governo de Michael Temer em 2016. Para tanto, este trabalho utilizou de fontes bibliográficas, legislativas, imprensa e documentos normativos, compreendendo que cabe ao historiador observar a especificidade do uso cada fonte. E procurou analisar a articulação entre a Reforma do Ensino Médio - Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, conversão da Medida Provisória nº 746, de 2016. – com o contexto político e processo histórico vivenciado entre os anos de 2013 até 2022.

Compreendendo que o projeto é expressão de um avanço neoliberal diante as políticas públicas brasileiras, que não se restringe a área da educação. Neste trabalho essa expansão é interpretada seguindo os preceitos marxista, que trabalha com perspectiva da transformação material e social organizada pelo homem, como uma consequência direto da luta de classes. Portanto o neoliberalismo não e uma catástase histórica, e sim uma estratégia da burguesia para intensificação do acúmulo de recursos, à custa do aprofundamento no nível de exploração em detrimento dos direitos sociais conquistado pela classe trabalhadora.

A Reforma do Ensino Médio, está submissa às diretrizes gerais estabelecidas pelo terceiro setor, cuja orientações prevê que a escola siga o modelo de gestão empresarial. Portanto impõe uma lógica de rentabilidade, do tecnicismo, da produtividade excessiva e sistema de avaliações. O programa também sede espaço para a participação direta de empresas privada na formação dos alunos, seja através da oferta de itinerários formativos, ou no fornecimento de materiais didáticos, participação na gestão escolar e afins. Consequentemente o projeto em curso tem como finalidade a) corrosão da noção de direitos sociais estabelecidos pela constituição de 1988 através da luta dos movimentos e agentes sociais, pois transforma um direito em mercadoria, ou seja, em um serviço a ser usufruído, e não uma obrigação do Estado; b) implementar uma pedagogia centralizada nas demandas do mercado, e adequação do sujeito ao sistema produtivo experienciado.

Portanto para iniciar o debate, o primeiro capítulo tem como finalidade analisar o contexto de avanço do projeto neoliberal em todo globo, considerando principalmente América Latina e Brasil, muitas vezes executado de forma autoritária abusando de golpes de Estados contra governos democraticamente eleitos. Ou conquistando o poder através das eleições,

através da disseminação de notícias falsa e generalização do pânico moral, pautando ódio às minorias, como: imigrantes, mulheres, comunidade LGBTQI+, afrodescendentes, e assim por diante. Logo foi um contexto marcado por uma simbiose nociva entre conservadorismo e livre mercado.

O neoliberalismo por sua vez, apostou na mobilização do terceiro setor e na instrumentalização da Teoria do Capital Humano para influenciar nas políticas públicas nacionais. Logo as instituições financeiras e organizações internacionais, estruturaram uma série de diretrizes “universais”, “técnicas” e “neutras”, para países que ocupam a periferia do capitalismo. Com a expectativa que tomado esses conselhos os Estados possam superar a pobreza populacional e conseqüentemente sua condição de nação do Terceiro Mundo. As orientações é de que o país deveria investir na educação, pois o acesso a formação escolar traria para a população postos de trabalhos melhores, conseqüentemente com uma renda superior, a nação entraria em estabilidade econômica. Uma lógica que tira de cena desigualdade social como um fato decorrente da luta de classes, e passa compreender a pobreza como culpa individual daqueles que não correm atrás do próprio sucesso, e ainda atrapalha o desenvolvimento econômica e social de seu país.

Já no segundo capítulo a proposta é articular o projeto da Reforma do Ensino Médio com esse contexto de ascensão do capital financeiro, sonde se investiu fortemente em uma reformulação da educação pública visando a implementação o modelo empresarial para o espaço público. Amparados pela Teoria do Capital Humano e no processo de estigmatização da pobreza, o objetivo dessa mobilização é: voltar todos processo de ensino e aprendizagem para o mercado de trabalho; aviação massiva de índice de produtividade de professores e alunos; permissividade diante da participação do setor privado na gestão escolar; mercantilização do direito à educação.

Vale ressaltar que todos esses processos envolvendo reformulação do aparelho do Estado; avanço de políticas institucionais que extingue direitos historicamente conquistados; ascensão de governos golpistas e conservadores. Enfrentou resistência de diversos grupos composto por movimentos sociais, entidades, organizações e principalmente as juventudes brasileiras. Elas esteve presente na articulação de todos os atos de ruas massivos desde 2013, e organizaram ocupação de escola e mobilizações nas redes sociais. Igualmente enfrentaram oposição de uma parcela significativa da sociedade civil, que apoia esse avanço do livre via terceiro setor.

Para tanto esse trabalho utilizou três bibliografias centrais, em prol de uma análise que incorporasse a perspectiva de sujeitos que participaram diretamente desse contexto histórico. Logo são estudos construídos por quadros de movimento sociais, jornalistas, lideranças sindicais, pesquisadores da educação, políticos, e entre outros. Sendo o livro *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil* (Jenkins; Doria; Cleto, 2016), uma bibliografia composta por diversos artigos de agente políticos que explicar toda mobilização e possíveis consequências frente a crise democrática experienciada naquele período; o dossiê organizado pela revista Educação & Sociedade nº 139, cujo tema é *Ensino Médio: Antigas e Novas Polêmicas*, e traz uma série de textos produzido por pesquisadores referenciado meio à área da educação, analisando diversos aspectos da Reforma do Ensino Médio; e por fim a obra Luiz Carlos de Freitas *A REFORMA EMPRESARIAL DA EDUCAÇÃO: Nova direita, velhas ideias* (2018), onde o autor apresenta uma investida do livre mercado diante a educação pública de forma sistêmica em todo globo, com o objetivo de impor o fim da universalização e da gratuidade, e implementação de uma pedagogia conformista em prol da hegemonia ideológica do capital.

ESTADO SOB A NAVALHA DOS GOLPES DA BURGUESIA

Inicialmente este capítulo abordará o contexto referente ao recorte temporal proposto pela pesquisa (2013-2023), período marcado respectivamente pela intensificação de mobilizações civil, midiáticas, judiciais, e política em torno da pauta de um ponto de inflexão na manutenção do Estado brasileiro. E posteriormente a análise tratará da suspensão da implementação do Novo Ensino Médio¹ no terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Compreendendo esse contorno enquanto suficiente para entender o absorvimento por parte do Estado de uma ideologia e prática neoliberal, presente desde a década de 1990, ganhando forças no governo de Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, e desacelerando nos governos petistas pelos treze anos seguintes, mas que atualmente se encontra em uma nova ofensiva onde já teria conquistado espaços significativos de projeção e atuação.

Importante elucidar que é a perspectiva marxista que direciona as análises elaboradas, e, portanto, entende-se a luta de classes como impulsora da transformação material e social pelo homem, ou seja, a luta de classe como motor da história. Logo o neoliberalismo não é aqui compreendido como um mero desfecho histórico, ocasional, e sim uma estratégia de intensificação do acúmulo do meio de produção por aqueles que já o detém, em contrapartida da perda de condições substanciais pelos mais pobres. Por consequência, as desigualdades sociais, econômicas, culturais, e educacionais, cada vez mais explícitas, torna-se produto de um processo histórico caracterizado pelos atos golpistas e ditatórias da burguesia em prol de manutenção de seus privilégios.

I. América Latina e Brasil na mira do capital

Para compreender esse processo de assalto a direitos historicamente conquistado e legitimados em prol de um maior acúmulo de riquezas pelos mais ricos, a análise parte de um contexto mais amplo, passando pela situação global, posteriormente continental, até finalmente

¹ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Brasil). Camilo Sobreira de Santana. **PORTARIA N° 627, DE 4 DE ABRIL DE 2023**. [S. l.], 4 abr. 2023. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-627-de-4-de-abril-de-2023-475187235>>. Acesso em: 10 set. 2023.

chegar ao Brasil, entendo que esses territórios e sociedades não estão isolados ou alheios uns aos outros. Como define Hebert José de Souza (2022):

É importante relacionar a conjuntura com os elementos mais permanentes, mais estruturais da realidade e levar em conta as dimensões locais, regionais, nacionais e internacionais da realidade. O sistema do capital mundial se constitui no pano de fundo do processo econômico, social e político que se desenvolve em nosso país. O sistema do capital mundial não determina todos os acontecimentos de nossa realidade, mas seguramente ele é um elemento condicionante do conjunto dos acontecimentos que definem o nosso processo histórico. (Souza, p. 19, 2022)

O contexto global após a década de 2000 ainda enfrentava as duras consequências de mais uma crise que o capital sofreu em 2008, prejudicando principalmente o próprio Estados Unidos e demais países que compunham até então a União Europeia. Os Estados abriram os cofres públicos e escolheu acolher as dívidas e adversidades das instituições privadas, enquanto a população se afogava meio a inflação e desemprego. A década de 2010 teve seus anos iniciais marcado pela insatisfação e amargor da classe trabalhadora que seria a principal prejudicada frente a crise global, e ainda teria de lidar com movimentação migratória que acontecia principalmente no continente europeu devido a conflitos civis que permeavam o território, miséria, taxaço alta de violência, e assim por diante nos países próximos.

Visto o caldeirão social que borbulhava, projetos ligados ao espectro mais à esquerda do campo político, quanto a direita disputaram a narrativa e as mobilizações que pipocavam no tecido social. Infelizmente o projeto alavancado foi de uma direita nacionalista, que se opunha principalmente a interferência econômica de outros países e as ondas imigratórias, tendo como uma das principais expressões desse triunfo, a saída do Reino Unido da União Europeia, e a vitória de Donald Trump nas eleições dos EUA, ambos aconteceram em 2016.

Enquanto isso na América Latina, segundo o sociólogo marxista Michael Löwy (2016) desde o início do século XXI projetos de governos ligados mais ao espectro da esquerda, seja aqueles mais próximos a coalisões social-liberais – a exemplo o Brasil, Chile e Uruguai. Ou mesmo aquele que se colocam como anti-imperialistas e antineoliberais – Bolívia, Equador e Venezuela -, triunfaram democraticamente em diversos países da América Latina. Além de Cuba como única nação a sustentar a experiência do socialismo real. E enfrentaram resistência e ofensivas do setor neoliberal e conservador, apoiado majoritariamente pelo Estado Norte Americano durante todos esses anos.

E a partir da década de 2010, a direita passou a cravar vitórias significativas e avançar geopoliticamente. No Paraguai, após décadas de governos direitista, Fernando Lugo, candidato progressista venceu as eleições em 2008, mas seu mandato durou apenas três anos sendo

disposto por um processo de julgamento político conduzidos pelos Parlamentares opositores. Na Argentina com a promessa de campanha de equilibrar as contas públicas e implementar políticas de cunho neoliberal Mauricio Macri venceu nas urnas o setor peronista em 2015. E finalmente na Venezuela, que enfrentava um contexto sociopolítico econômico complexo, devido ao embargo econômico a queda do preço do petróleo entre demais fatores, que culminaram na vitória das eleições parlamentares dos opositores de Chávez e Nicolás Maduro.

No Brasil, durante o governo do Partido dos Trabalhadores, foi feita a escolha de se equilibrar essa agenda neoliberal que aterrorizava o mundo - desde os anos 1970, e ganhando força na década de 1990 aqui no Brasil -, com políticas sociais de interferência significativa no arranjo social e distribuição de renda, a exemplo: Bolsa Família, elevação real do salário mínimo, Minha Casa Minha Vida, Luz para Todos, facilitação de acesso ao ensino superior com implementação de cotas, Programa Universidade Para Todos (ProUni), Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), entre outros. Essa contradição, de responder a um avanço neoliberal ao mesmo tempo que aumentava a presença do Estado foi por um tempo acomodada, mas ao final, a crise financeira de 2008 e adesão de um certo terrorismo econômico por parte da grande mídia e da Faria Lima², passou a exercer um nível superior de pressão ao Estado brasileiro

O objetivo desse tópico é destacar alguns elementos centrais desse processo de intensificação do projeto neoliberal perante o território nacional. Perpassando por esse contexto geral de ascensão da direita “nacionalista”³ e conservadora seja através do processo eleitoral democrático ou de golpe de Estado via coligação do poder judiciário com os empresários e mídia, novamente como destaca Löwy (2016):

A prática do golpe de Estado legal parece ser a nova estratégia das oligarquias latino-americanas. Testada em Honduras e no Paraguai (países que a imprensa costuma chamar de “República das Bananas”), ela se mostrou eficaz e lucrativa para eliminar presidentes (muito moderadamente) de esquerda. Agora foi aplicada num país que tem o tamanho de um continente... (Löwy, 2016, p. 64):

² O termo Faria Lima é uma referência ao centro do mercado financeiro, que por sua vez é localizado na Avenida Brigadeiro Faria Lima.

³ Poderia se abrir um leque de debate sobre essa concepção da direita enquanto nacionalista ainda mais na América Latina, visto que a mesma se coloca em uma posição subordinada a burguesia internacional e exaltação aos costumes e práticas dos países do norte. Mas contraditoriamente, utiliza de forma exacerbada a semiótica relacionada à simbologia nacional, como: as cores da bandeira, o hino nacional, elementos dos biomas que compõem o território e assim por diante. Além de manter uma retórica discursiva de defesa do território e interesses nacionais, e da soberania do próprio povo brasileiro. Não por acaso os slogans políticos dos governos que sucederam o ano de 2016, eram clara referência ao nacionalismo: “Ordem e Progresso” em referência a bandeira nacional utilizado pelo governo Temer (2016 -2018); “Deus acima de tudo e Brasil acima de todos” aplicado pelo governo de Bolsonaro (2019 -2022).

II. Educação pública na periferia do capitalismo no alvo dos órgãos internacionais: Teoria do Capital Humano e estigmatização da pobreza.

O neoliberalismo ganha corpo a partir da década de 1980, fundamentado principalmente na teoria teorias econômicas de Ludwig Von Mises, Milton Friedman e Friedrich Haye. E executado e propagandeado por governos nacionais de Ronald Reagan presidente no Estados Unidos, Margaret Thatcher primeira-ministra do Reino Unido, e Augusto Pinochet Ugarte e o grupo de economistas Chicagos boys no Chile. Esse retorno ao liberalismo clássico era uma reação direta ao período antecessor que tinha como base econômica o keynesianismo e o bem-estar social, e politicamente se defendia o sistema social-democrático. Havia um entendimento por parte da burguesia que esse sistema não favorecia os interesses do capital e seu desejo por hegemonia.

Logo se inicia uma investida para se reorganizar o sistema, de tal forma que se intensificasse a acumulação, primeiro reformando o Estado, posteriormente alterando as relações e o mundo do trabalho, ou seja uma reestruturação produtiva. Essa estratégia também é caracterizada pela centralidade de articulação política do terceiro setor. Como Janaína Lopes do Nascimento Duarte (2008) aponta em sua pesquisa:

Tais estratégias engendram um conjunto de transformações sócio-históricas que incidem de modo particular na relação Estado e Sociedade. Sobre esta relação, destaca-se a transferência de responsabilidades com o enfrentamento das expressões da questão social para o mercado e o chamado terceiro setor em detrimento do Estado, acarretando um processo de profundas modificações nas respostas contemporâneas às sequelas sociais. (Duarte, 2008, p. 50)

Desde então, os organismos multilaterais internacionais tem desempenhado um papel significativo na construção e manutenção da organização global. Muitas vezes esses grupos distribuem diretrizes gerais e “universais” para os Estados nacionais, alegando que suas orientações são fundamentadas na ciência – e por isso “imparciais” - e direcionadas ao progresso. Os principais exemplos que podemos citar são: Organização das Nações Unidas (ONU); Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); Fundo Monetário Internacional (FMI); e Banco Mundial (BM). Todos citados, são ligados ao estado norte americano, e tem uma composição maioritariamente ocupada por países da Europa. Em tese o papel desses agrupamentos multilaterais seriam indicar políticas de combate a desigualdade social para os países do 3º mundo. No cenário ideal a partir desses conselhos tomados, o país poderia desenvolver políticas de combate a pobreza e acelerar seu desenvolvimento econômico,

superando sua condição de nação subdesenvolvida⁴.

Assim como Vera da Silva Telles destaca em seus estudos (Telles, 1999): a “questão social” – pobreza, desemprego etc. – sai de cena enquanto um problema político consequente da luta de classes. E retorna remodelado como questão administrativa e técnica, que pode ser gerido através de políticas focalizadas, cujo objetivo é “concertar” essa parcela vulnerável da população, para que elas ascendam e contribuam com o desenvolvimento econômico do país. No entanto, neste trabalho, e em concordância com Vânia Cardoso da Motta e Gaudêncio Frigotto (2017), que compreendemos a “questão social”:

[...] como parte constitutiva das relações sociais capitalista, indissociável das configurações assumidas pelo capital-trabalho e pelas expressões ampliadas das desigualdades sociais, imprimindo relação de poder. A teoria social crítica contrapõe a concepção conservadora de que a questão social e suas expressões – pobreza, desigualdade social, desemprego, etc. – são fenômenos autônomos, de responsabilidade individual ou coletiva ou governamental, e que, com isso, poderiam ser corrigidos, também, por ações individuais ou coletivas ou amenizados por meio de políticas focadas nas camadas mais “vulnerável” da população. (Motta; Frigotto, 2017, p. 365)

Para alcançar seus objetivos, as organizações multilaterais deram uma atenção maior á orientar políticas públicas sociais relacionadas a escolaridade, sustentando que essa não é importante apenas para qualificação da força de trabalho, mas também essencial para superação das desigualdades sociais. Ou seja, eles trabalham com a perspectiva de que os pobres – sem acesso a educação - atrapalham o desenvolvimento econômico, cria instabilidade política e prejudica o processo de acúmulo do capital. Como apresenta o BM (2004, p. 5): “[...] o governo precisa investir nas pessoas e empoderá-las, especialmente a baixa renda [...] pois a exclusão de grandes segmentos da sociedade desperdiça recursos potencialmente produtivos e gera o conflito social.”⁵. A solução proposta por eles, é adesão teoria do capital humano:

A ideia de investimento em capital humano como motor de desenvolvimento econômico é uma determinada concepção de formação humana, nos marcos restritos da necessidade do mercado. Enfatiza os conhecimentos úteis que o estudante deve adquirir para impulsionar a produtividade dos setores econômicos, a fim de potencializar a competitividade nos mercados local e internacional, ou para criar condições de empregabilidade, isto é, desenvolver habilidades e competências que potencializem a inserção de indivíduo no mercado de trabalho, sendo esta considerado

⁴ Uma latente contradição nesse discurso, é que historicamente países da América Central; América Latina; continente africano; norte e sul do continente asiático – países considerados subdesenvolvidos de forma geral -, são submetidos a fornecer matéria prima e mão de obra barata aos países de 1º mundo. Logo desconsideram que os países de 3º mundo são mais pobres porque são explorados e empobrecidos pelos países desenvolvidos.

⁵ BANCO MUNDIAL. **Desenvolvimento e redução da pobreza**: reflexão e perspectiva. Preparado para as reuniões anuais de 2004 do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional). Washington, DC: Communications Development Incorporated, p. 5 out. 2004. Disponível em: <<https://documents1.worldbank.org/curated/zh/946581468330018381/pdf/32112Portuguese-ver-31872020.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2024.

um dos fatores de produção, assim como o maquinário. (Motta; Frigotto, 2017, p. 358)

Nesse sentido, a Teoria do Capital Humano propõe uma perspectiva de que a pobreza seria responsabilidade dos pobres, insinuando que esses sujeitos, incapazes de desejar ou realizar qualquer coisa, ocupa a classe baixa pois não teve a determinação de se qualificar para o mercado de trabalho. E agora virava problema de Estado, pois sua falta de comprometimento consigo mesmo e com coletivo afetava todo desenvolvimento nacional. Logo o investimento na formação do homem em pró do mercado de trabalho era a transformação necessária, e interferência na educação pública era o inevitável. Afinal esse é um espaço privilegiado para a formação dos sujeitos.

No Brasil, diversas públicas dedicadas as classes populares incorporam a ideia de superação da pobreza através do acesso a educação. Como por exemplo o Bolsa Escola⁶ implementado em 2001 pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, o programa transferia dinheiro para famílias de baixa renda, com a condicionalidade de que as crianças tivessem a frequência escolar superior ou igual à 85% de presença. Posteriormente o Programa Bolsa Família⁷ – sendo um programa que unificou outras políticas do governo anterior como: Vale Gás, Bolsa Escola e entre outros -, também fazia a transferência de uma renda para famílias baixa renda, e em contrapartida os beneficiários deveriam garantir a frequência escolar das crianças, além de acompanhamento médico, cartão de vacina atualizado e assim por diante.

Esses programas – especialmente o Bolsa Família – são reconhecidos e prestigiado por uma parcela significativa da sociedade civil. Os próprios beneficiários expressam gratidão uma vez que de fato a renda mínima mudou significativamente a trajetória de milhares de famílias, e a crítica feita nesse momento foge de qualquer simplificação de afirmar se o programa é bom ou ruim. Mas apontar que esse tipo de política, trabalha com estigmatização da pobreza, como se o pobre fosse pobre porque ele não tem a iniciativa de ir atrás de serviços e direitos que o

⁶ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001**. Cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação - "Bolsa Escola", e dá outras providências. [S. l.], 11 abr. 2001. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110219.htm>. Acesso em: 26 jan. 2024.

⁷ Fundação: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004**. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. [S. l.], 9 jan. 2004. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm>. Acesso em: 27 jan. 2024; Relançamento: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023**. Institui o Programa Bolsa Família; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto em folha de pagamento, e a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003; e revoga dispositivos das Leis nºs 14.284, de 29 de dezembro de 2021, e 14.342, de 18 de maio de 2022, e a Medida Provisória nº 1.155, de 1º de janeiro de 2023. [S. l.], 19 jun. 2023. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114601.htm>. Acesso em: 27 jan. 2024.

ajudaria a ascender a estabilidade financeira e social⁸.

Ou seja, falta empenho de sua parte de ir atrás de estudar, cuidar da sua saúde, e procurar um bom emprego, e que cabe ao Estado benfeitor, incentivar esses sujeitos a procurar essas infraestruturas disponíveis, para que ele se reorganize e possa colaborar com qualidade no mercado de trabalho, conseqüentemente ajuda a sua nação se desenvolver. Repito, esse tipo de ideia tira completamente a pobreza como uma consequência direta da luta de classe determinado pelo do sistema capitalista, fundamentado na concentração de recursos por poucos e na miséria majoritária ao resto. Apesar disso, o PT se orgulha de seu projeto e sempre ressalta que o Bolsa Família é bem recebido pela comunidade internacional, principalmente pela ONU, BM, e FMI, que incentivaram eu o programa fosse replicado em diversos países⁹.

Outra face perversa da Teoria do Capital Humano é que ela incentiva a gestão do espaço escolar semelhante a organização de uma empresa. De acordo com Luiz Carlos de Freitas (2018), a lógica neoliberal prescreve um modelo de funcionamento para a sociedade baseado na organização empresarial, que tem como finalidade a privatização dos espaços institucionais, transformando direitos – saúde, educação, previdência, segurança entre outros – em serviços a serem contratados. Com estabelecimento de metas coletivas e individuais aos professores e alunos, avaliação de desempenho, e por fim, bonificação ou punição baseada no nível de produtividade dos envolvidos.

Além de que toda a etapa da educação acaba tendo como o fim o mercado. A agenda neoliberal orienta que se priorize o investimento de recurso e regulamentação por parte do Estado na etapa do Ensino Fundamental pois este período seria essencial para que os alunos pudessem “aprender a aprender”, que fossem incentivados a embarca em uma jornada eterna em busca de novos saberes, tocada de forma autônoma, individual, competitiva e solitária – é o que se espera de um adulto no mundo do trabalho. Enquanto o Ensino Médio deve ser projetado e executado enquanto um período de transição do jovem ao mercado de trabalho, e por isso deve se uma etapa que enfatize o processo de profissionalização. Já o Ensino Superior, fica a

⁸ Para saber mais sobre o Bolsa Família e a condicionalidade da educação: SORDI, Denise De. O Programa Bolsa Família e a Condicionalidade da Educação: Trabalho, pobreza e ensino formal. *In*: SORDI, Denise De; FÁVERO, Douglas Gonsalves (org.). **EXPERIÊNCIAS E PROCESSOS SOCIAIS**: Trabalho e Educação. São Paulo: Verona, 2021. p. 546-575. ISBN 978-65-87657-08-0.

⁹ Bolsa Família completa 13 anos com prestígio internacional, mas sob risco: Criado no primeiro ano do governo Lula, maior programa de inclusão social do Brasil melhora índices sociais, mas está sob ameaça no governo golpista de Temer. [S. l.]: PT, 20 out. 2016. Disponível em: <<https://pt.org.br/bolsa-familia-completa-13-anos-com-prestigio-internacional-mas-sob-risco/#:~:text=%25%2C%20em%202014.-,RECONHECIMENTO%20INTERNACIONAL,aprimorado%20pela%20presidenta%20Dilma%20Rousseff>>. Acesso em: 29 jan. 2024.

reboque dos interesses e gestão da iniciativa privada.

Hoje, as organizações do terceiro setor, tem livre-arbítrio para ditar uma cartilha universal de educação pública no Brasil. Decidindo opera pela implementação da teoria do capital humano, que por sua vez tem como única exclusiva finalidade a manutenção da legitimação do sistema capitalista. Portanto, a reforma projetada e executada atualmente é expressão do avanço de uma agenda neoliberal, tocada por esse terceiro setor, que detém muito mais poder econômico e social do que a maioria dos Estados Nacionais. E tenta: 1º a logo prazo acabar com educação pública e entregá-la ao setor privado; 2º torna o processo de ensino e aprendizado um espaço privilegiado para exercer uma alienação pedagógica, ou seja, incentivar teoria e métodos da educação que conforme o sujeito a sua realidade; 3º determinar que a finalidade de todo processo educacional de um sujeito deve ter como única exclusiva finalidade o mercado.

Na educação, algumas etapas da de ensino já estão comprometidas, como ensino superior que já se submete a lógica empresarial: com quadro de funcionários estabelecido por empresas terceirizadas; abertura ou fechamento de faculdades baseado em índice de produção; quantidade de bolsas submetidas a resultados de avaliações de larga escala; corte de recurso fornecido pelo Estado e incentivos para procurar financiamento no mercado, entre outras medidas. Além de que atualmente dos 9,4 milhões de alunos em curso de graduação, apenas 2,07 milhões estão matriculados em instituições públicas. Ainda cinco dessas instituições particulares, somam 27% - 2,5 milhões - das matrículas de todo território nacional, ou seja, apenas cinco dessas empresas detém um maior número de matriculados do que toda as 312 instituições públicas de ensino superior do país¹⁰.

III. Mesa posta: O neoliberalismo se lambuza na farra antidemocrática.

No seu discurso de posse o presidente Temer dava um grande aceno à bancada religiosa: “Quando você é religioso você está fazendo uma religião. O que queremos fazer agora com o Brasil é um ato religioso, um ato de religião, de toda a sociedade brasileira com os valores

¹⁰ PALHARES, Isabela; MARTINS, Cristiano. Cinco instituições particulares concentram 27% dos alunos de graduação do país: Juntas, elas detém mais matrículas do que toda a rede pública de ensino superior. **Folha de S.Paulo**, [S. l.], p. 1-1, 20 out. 2023. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2023/10/cinco-instituicoes-particulares-concentram-27-dos-alunos-de-graduacao-do-pais.shtml>>. Acesso em: 16 mar. 2024.

fundamentais de nosso país”¹¹. É fato que por aqui no Brasil o Estado em condição laica, nunca foi levado tão a sério pelos políticos, seus discursos estão constantemente apelando para o divino, a existência de uma bancada evangélica a mais de década já é algo banalizado, assim como a presença do crucifixo na parede principal do congresso. Entretanto a partir do impeachment o conservadorismo ganha força política, e tomou muitos outros espaços para além da religiosidade, tendo como exemplo o movimento “Escola sem Partido”.

De acordo com o trabalho do cientista político Luiz Felipe Miguel (2016), o movimento Escola sem Partido, foi uma mobilização empreendida pela direita, trabalhando com a ideia: a escola pública estaria sendo ocupada e coordenada por um partido político – de espectro mais à esquerda -, logo os educadores e demais funcionários, utilizavam do espaço escolar para disseminação de “ideologia de gênero” e ideais socialistas e marxista, entre outras alucinações. Logo o processo educativo nada mais era que uma doutrinação das crianças e adolescentes por parte do Estado, que gestado por um partido de esquerda, deseja implementação à força de um regime que mescla socialismo, libertarismo – e contraditoriamente -, o autoritarismo. Por tanto seria necessário que o processo de ensino e aprendizado dentro da escola pública, fosse o mais esterilizado possível, fundamentado em uma ciência neutra. Mas de acordo Gaudêncio Frigotto (2017), não é possível alcançar essa falsa isenção, pois todo conhecimento corresponde a um projeto político:

Se o conhecimento científico tem como fim entender quais as determinações que produzem os fenômenos da natureza e os sociais, em sociedades cindidas em classes sociais com interesses conflitantes e antagônicos, as concepções de natureza e sociedade e de ser humano, os métodos de apreendê-las e os resultados que daí advêm não são neutros e, portanto, são políticos. Vale dizer, que afirmam ou se contrapõem aos interesses de determinada classe ou grupos sociais. O Escola sem Partido expressa o epílogo de um processo que quer estatuir uma lei que define o que é ciência e conhecimentos válidos, e que os professores só podem seguir a cartilha das conclusões e interpretações da ciência oficial, uma ciência supostamente não neutra. (Frigotto, p. 24, 2017)

O movimento, lucidamente, acusava o outro lado daquilo que eles mesmo projetavam. Uma escola instrumentalizada pelo campo político do capital, que pretendia usar da formação dos professores e dos alunos para constituir um processo educacional voltado para uma pedagogia que o conforme ao sistema produtivo experienciado. Trabalhando com ideia do capital humano – investimento em saúde e educação como garantia de desenvolvimento de

¹¹ REDAÇÃO. Católico, Temer reforça aceno a religiosos em seu discurso de posse. **Uol**, São Paulo, 12 maio 2016. Política. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/12/catolico-temer-reforca-aceno-a-religiosos-em-seu-discurso-de-posse.htm>>. Acesso em: 7 nov. 2023.

habilidades e aptidões voltada para o mercado de trabalho -, e perseguição e aniquilamento de todo conhecimento produzido pelos movimentos sociais, organizações civis entre outros.

O novo governo cumpria a promessa de articular como projeto político, uma simbiose nefasta entre o alavancamento de uma hegemonia conservadora com uma economia deitada aos braços do neoliberalismo. De acordo com Leda Maria Paulani (2016, p. 74), já em 24 de maio de 2016, Michel Temer anunciava o novo pacote de medidas econômica adotadas. Com destaque a Proposta de Emenda à Constituição nº 55 - posteriormente se tornando como norma gerada Emenda Constitucional nº 95¹² - conhecida como PEC do teto de gastos, Temer limitou o crescimento do investimento público ao percentual da inflação, ou seja, o congelamento por 20 anos dos gastos do governo relativo à área de educação, saúde, assistência social e entre outras. Esse era um belo aceno à agenda neoliberal, o sucateamento de direitos historicamente conquistados, conjuntamente com a precarização da atuação do Estado.

Sem perder tempo, em 22 de setembro o então presidente anunciava o segundo ato contra a educação pública: Medida Provisória nº 746 (MP nº746/2016)¹³, que projetava uma reforma no Ensino Médio brasileiro - objeto dessa pesquisa, mas que neste capítulo será apresentado de forma breve, com o foco nas alterações propostas, ao invés de falar sobre sua construção, execução e possíveis consequências, uma vez que os próximos dois capítulos darão conta dessa proposta. A escolha por uma medida provisória foi amplamente discutida, uma vez que esse tipo de ação burocrática é instrumentalizado em prol de políticas emergenciais, logo seu objetivo é colocar o projeto de vigência imediata. Mas essa possibilidade é inexistente uma vez que era necessário aguardar a finalização dos currículos anteriores e conclusão dos processos educacionais. Para muitos tal medida era a pura expressão do autoritarismo de um governo que ascendia de forma golpista. Segundo Marcelo Lima e Samanta Lopes (2018):

A esse respeito, a Procuradoria Geral da República, em parecer encaminhado ao Supremo Tribunal Federal (STF) em 19 de dezembro de 2016, posicionou-se pela inconstitucionalidade da referida medida provisória, alegando que o documento não apresentava os requisitos de relevância e urgência requeridos para a edição de um dispositivo dessa natureza, além do fato de que seu conteúdo desrespeitava o acesso

¹² SENADO FEDERAL. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. [S. l.], 15 dez. 2016. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/540698/publicacao/15655553>>. Acesso em: 1 nov. 2023

¹³ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016**. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. [S. l.], 22 set. 2016. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/mpv/mpv746.htm>. Acesso em: 1 nov. 2023.

universal à educação, impondo barreiras à superação das desigualdades nos campos educacional e social. (Lima; Lopes, p. 10, 2018)

Aprovada enquanto Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017¹⁴, as principais mudanças se davam em torno da jornada e do currículo. A proposta central era a ampliação progressiva da carga horária de 800 para 1.400 horas anuais (jornada integral); e a mudança principal em relação ao currículo, é que Português, Matemática e Inglês seriam disciplinas obrigatórias, na contramão, História, Artes, Filosofia, Sociologia, Geografia, Biologia, Química, Física, Espanhol e Educação Física, passam a ser facultativas. O currículo também passaria ser formado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – na época em que tanto a MP quanto a Lei foram promulgadas o processo de construção da BNCC ainda não tinha sido concluído, ou seja, a reforma fundamentava o currículo em um documento inexistente.

Além de que dessas 4.200 horas – soma dos três anos de Ensino Médio -, estava estipulado um limite de 1.800 horas destinados à BNCC, o resto da carga seria complementada com itinerários formativos, espaços de formação cuja temática, planejamento, objetivos, entre outros aspectos ficaria a cargo de cada escola decidir como proceder. Em tese esses itinerários serviriam para valorização da autonomia do aluno na escolha da sua formação e profissionalização, uma vez que os itinerários poderiam aderir a qualquer temático como: mundo do trabalho, tecnologia, grandes campos como ciência humanas e da natureza e assim por diante. Outra novidade é que esse espaço formativo poderia ser mediado por qualquer profissional, onde não necessariamente fosse especializado no assunto e na licenciatura, mas que comprovasse “notório saber”. Os itinerários também poderiam ser construídos em parceria público-privada, ou seja, aproxima essa relação escola e empresas. Óbvio que essas transformações apresentadas são as apenas aquelas que corresponde texto da reforma, e não são a totalidade das pressupostas mudanças que atinge a educação nacional, é apenas identificação de um breve resumo desprovido de qualquer análise complexa.

O terceiro ato em liquidação dos direitos historicamente conquistado, foi a reforma trabalhista, apresentada pelo executivo em dezembro de 2016, sancionada no dia 13 de julho de

¹⁴ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: **Lei nº 13.415/2017, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. [S. l.], p. 1-25, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em: 7 nov. 2023.

2017, pelo presidente Michel Temer, como Lei Nº 13.467¹⁵, passou a vigorar em 11 de novembro do mesmo ano. Foi o mais profundo conjunto de alterações realizados nos dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com aproximadamente cem novas regras, a justificativa para tal reforma era a modernização das relações de trabalhos. Algumas das principais mudanças: a contribuição sindical não era mais obrigatória e sim facultativa; abertura da possibilidade de terceirização a qualquer área ou tipo de serviço; alteração no regime de férias e jornada de trabalho; extensão da possibilidade do contrato temporário de 180 dias para 240; aumento do tempo regime parcial de trabalho de 25 horas para 30 horas; restrição ao acesso à justiça do trabalho e entre outras. Esse talvez tenha sido o maior “triumfo” do governo Temer em aceno ao neoliberalismo, aproveitando-se de um momento de hegemonia avançou no desmanche de leis trabalhistas consagradas desde 1930 pelo governo Vargas.

O então presidente também tentou emplacar uma reforma da previdência, conjuntamente com o ministro da fazenda Henrique Meirelles, que tinha como prioridade a tanto a reforma trabalhista quanto a previdência. O próprio Temer admitiu que aproveitou de sua impopularidade¹⁶ e todo contexto em que governava para executar medidas que desagradava a população de forma geral, mas que ele julgava ser “necessário” para recuperação econômica do país¹⁷. Mas essa mesma impopularidade acabou sendo custosa, pois somada as constantes denúncias de corrupção, e sucessivos protestos da oposição, o governo foi perdendo força hegemônica e não conseguiu atingir seu último propósito de reformulação da previdência.

¹⁵ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 13467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. [S. l.], 13 jul. 2017. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm>. Acesso em: 6 dez. 2023.

¹⁶ Uma pesquisa realizada pelo Datafolha ouviu 2.077 pessoas em 130 municípios entre os dias 18 e 19 de dezembro de 2018, apurou que: 62% dos entrevistados consideravam o governo Temer "ruim/péssimo"; 29%, "regular"; e 7% o avaliavam como "bom/ótimo". A mesma pesquisa também teria sido realizado em outros momentos do último ano de seu mandato, em junho o governo Temer registrou o maior índice de rejeição: 82% dos brasileiros classificaram o governo como ruim ou péssimo e apenas 3% diziam que era ótimo ou bom. Já em agosto, 73% dos entrevistados consideravam o governo Temer "ruim/péssimo"; 21%, "regular"; e 4% o avaliavam como "bom/ótimo". Para mais informações: G1. Governo Temer tem aprovação de 7% e reprovação de 62%, diz Datafolha: Rejeição à gestão do emedebista recuou para 62% no fim do governo, apontou o instituto. Levantamento ouviu 2.077 pessoas em 130 municípios entre os dias 18 e 19 de dezembro. **G1**, Brasília, 27 dez. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/12/27/reprovacao-de-temer-recua-para-62-no-fim-do-governo-diz-datafolha.ghtm>>. Acesso em: 7 nov. 2023.

¹⁷ BRANDÃO, Marcelo. Temer diz que aproveita impopularidade para adotar medidas de interesse do país. **Agência Brasil**, Brasília, 7 abr. 2018. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-04/temer-diz-que-aproveita-impopularidade-para-adotar-medidas-de-interesse-do>>. Acesso em: 7 nov. 2023.

Enquanto Temer enfiava o pé no acelerador das reformas neoliberais e sua credibilidade despencava frente a população, todos se mantinham atentos as eleições presidenciais previstas para 2018. Seria a primeira eleição desde a caçada empreendida contra o PT, que por 4 eleições consecutivas foi vitorioso na conquista da presidência. Mas agora tinha sua principal referência política, refém de um esquema judicial liderado pelo então juiz Sérgio Moro, que instrumentalizava a operação lava-jato, para expressar o desejo da classe média alta e da burguesia, de pôr um ponto de inflexão nos rumos da política brasileira. A coroação da operação veio com a ordem de prisão ao ex-presidente Lula, que naquele momento era o favorito as eleições presidenciais de 2018¹⁸.

Ele foi réu no processo conhecido popularmente como “o caso do triplex em Guarujá”, cuja acusação era que de que Lula teria recebido um triplex, em forma de propina de empreiteiras para favorecimento em contratos com a estatal Petrobrás. Embora não houvesse documentação que vinculasse o apartamento ao então ex-presidente, a acusação interpretou que esse era então um indicativo de ocultação de patrimônio. Ou seja, a ausência de provas, era a prova de vinculação entre o petista e o caso – difícil explicar algo que não segue uma ordem racional. Mesmo assim Lula foi condenado em duas instâncias e a pena definida pela 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região foi de 12 anos e 1 mês de prisão, com início em regime fechado, por corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

O petista estava na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, em São Bernardo do Campo, no ABC Paulista quando expedido o mandado de prisão, embora o caso não houvesse sido encerrado e nem saído um veredito de inocente ou culpado, a justificativa era que aquela seria uma prisão preventiva para evitar que ele procurasse refúgio internacional. O entorno do prédio fora cercado por manifestantes que resistam a ordem, e defendiam que Lula não deveria se entregar. A mídia hegemônica – dissimuladamente - transmitiu cada minuto seguinte, como um cachorro que lambe os beiços ao observar a mesa ser posta, o jornal O Globo rasgava elogios ao “árido” trabalho da PF e acusava de omissão o ex-presidente com a manchete “Mesmo que Lula não se entregue, PF quer evitar confronto na prisão: A polícia ainda não foi procurada pela defesa de ex-presidente para a negociação”, o texto continuava:

¹⁸ Mesmo após sua detenção, Lula continuava a liderar as pesquisas para presidente, veja mais em: G1. Pesquisa Datafolha: Lula, 39%; Bolsonaro, 19%; Marina, 8%; Alckmin, 6%; Ciro, 5%; Alvaro Dias tem 3% e Amoêdo, 2%. Meirelles, Boulos, Daciolo e Vera têm 1% cada. Demais candidatos não atingem 1%. Levantamento foi feito entre os dias 20 e 21 e ouviu 8.433 eleitores em 313 municípios. **G1**, [S. l.], 28 ago. 2018. Eleições 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/08/22/pesquisa-datafolha-lula-39-bolsonaro-19-marina-8-alckmin-6-ciro-5.ghtml>>. Acesso em: 7 nov. 2023.

A Polícia Federal não pretende partir para uma linha de confronto caso o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva opte por não se entregar até as 17h desta sexta-feira. [...] A corporação tem se esforçado para dar os sinais de que está disposta a negociar. [...] Até o momento, porém, os policiais não foram procurados pela defesa de ex-presidente para a negociação. [...] A avaliação da PF é que mesmo que o petista resista e permaneça na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, em São Bernardo do Campo, no ABC Paulista, ele será vencido pelo cansado em alguns dias e terá que se entregar, já que o mandado de prisão está expedido. Avaliam que se Lula ignorar a ordem judicial ele estaria "rasgando a constituição" e se apequenando como ex-presidente e candidato à presidência. (Megale, 2018, página digital)

Embora manifestantes continuassem a resistir a entregar o ex-metalúrgico, fazendo barreiras físicas impedido todas as tentativas feitas por Lula de se entregar: primeiro foi feita duas tentativas de carro, depois uma a pé, nenhuma bem-sucedida. Por fim o presidente foi levado de helicóptero. Ele ainda cumpriria 580 dias de detenção da sede da Superintendência da Polícia Federal do Paraná, em Curitiba, e ficaria - fora das eleições presidências de 2018, cedendo sua candidatura e apoio - ao então ex-ministro da educação Fernando Haddad. O novo candidato petista deveria competir diretamente com Jair Messias Bolsonaro antes em segundo, agora favorito a presidência.

Lula tentou transferir seus votos a Haddad, cujo logo da campanha apelava para “Lula é Haddad! Haddad é Lula!”. Mas as eleições de 2018 foram marcadas pela instrumentalização do pânico moral pelo candidato Bolsonaro. O pânico moral é um termo utilizado pela sociologia, e que é apresentado pela primeira vez na obra de Stanley Cohen (Cohen, 1972), para definição de um estado temor e indignação generalizados, quase sempre exagerado, sobre um possível ameaça ao bem-estar da sociedade, sendo esse pavor muitas vezes utilizado como justificativa para assediar e perseguir determinados grupos.

Logo o ex-militar fundamentou sua campanha em temáticas que ainda polemizavam na sociedade brasileira, como: o aborto; direitos da população LGBTIQ+; criminalização do consumo de drogas; violência urbana e encarceramento massivo, entre outros. Assim quando Bolsonaro era questionado sobre o desemprego, ou a alta da inflação, ele desviava o assunto, para “ideologia de gênero” nas escolas, apelando para mentiras sobre materiais sexuais distribuídos no ambiente escolar; ou recorria dizendo que o PT tinha um condenado como líder – Lula – e por isso se alicerçava ao crime organizado, entre outras calúnias proferidas por aquele que atualmente é acusado de: incitação de estupro a uma deputada¹⁹; coligação com grupos de

¹⁹ RAMALHO, Renan. Bolsonaro vira réu por falar que Maria do Rosário não merece ser estuprada: Deputado disse que ela é ‘feia’; ele responderá por apologia ao crime e injúria. Defesa nega incitação de outros a estupro; relator vê desprezo por vítimas. **G1**, Brasília, 22 jun. 2016. Política. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/06/bolsonaro-vira-reu-por-falar-que-maria-do-rosario-nao-merece-ser-estuprada.html>>. Acesso em: 8 nov. 2023.

milícia²⁰; injúria racial²¹; falas de teor pedófilo²²; inúmeras associações a caso de corrupção²³; e não obstante por genocídio²⁴.

Além disso, embora as mentiras do Bolsonaro fossem escancaradas, recorrendo sempre ao exagero e a difamação, a mídia hegemônica nada fez para cumprir o seu papel de trabalhar pelo acesso à informação e elucidação dos fatos. Algumas redes de televisão: Bandeirantes, Record, SBT, Rede TV entre outros e rádios: Jovem Pan, Metropolitana, Integração e assim por diante, muito pelo contrário, contribuíram ativamente para disseminação do discurso extremista do candidato. Outras redes jornalísticas, como: Globo, Estadão, Folha de São Paulo, discursava em tom de “neutralidade”, mas sem desmentir tais injúrias, e dispondo de um certo otimismo caso ele seja eleito – na mesma medida se colocava pessimista em relação a um futuro que repetisse o passado recente, com o PT sendo vitorioso em mais uma eleição. Veja como exemplo a construção do jornal IstoÉ (2018), em torno da alteração de tática comunicacional da coordenação de campanha do então candidato Haddad:

Na segunda-feira 8, o candidato do PT Fernando Haddad [...] foi à sede da Polícia Federal em Curitiba pedir a benção do ex-presidente Lula na *sala-cela* que lhe serve de *prisão*. Nessa visita, Lula, que é o coordenador de sua campanha, pediu que fosse a última vez que o candidato o visitasse durante este segundo turno. Na verdade, como em uma sessão espírita, não foi Haddad quem se livrou de Lula. Mas Lula quem se livrou de Haddad. Na sua última recomendação ao candidato que lhe serve de avatar, Lula ordenou que Haddad passasse a tocar a campanha sozinho. O ex-prefeito de São Paulo foi autorizado pelo *presidiário* a tornar-se, de fato, candidato à Presidência da República. E, rapidamente, transmutou-se. [...] agora, para crescer, os marqueteiros

²⁰ Redação. Família Bolsonaro acumula indícios de envolvimento com milicianos; relembre os casos: Família Bolsonaro tem vizinhos, amigos e aliados políticos suspeitos de envolvimento com paramilitares; veja infográfico. **Brasil de Fato**, São Paulo, 7 abr. 2022. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/04/07/familia-bolsonaro-acumula-indicios-de-envolvimento-com-milicianos-relembre-os-casos>>. Acesso em: 8 nov. 2023.

²¹ MOTORYN, Paulo. Racismo: Bolsonaro volta a dizer que negros são pesados em arrobas, e PT entra com ação na PGR: Deputadas protestam contra mais uma declaração de teor racista do presidente; "Inaceitável", diz Benedita da Silva. **Brasil de Fato**, Brasília, 13 maio 2022. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/05/13/racismo-bolsonaro-volta-a-dizer-que-negros-sao-pesados-em-arrobas-e-pt-entra-com-acao-na-pgr>>. Acesso em: 8 nov. 2023.

²² NEIVA, Lucas. FALA DE TEOR PEDÓFILO DE BOLSONARO CHOCA REDES SOCIAIS. DEPUTADO ACIONA PGR. **Uol**, [S. l.], 16 out. 2022. Congresso em Foco. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/justica/fala-de-teor-pedofilo-de-bolsonaro-choca-redes-sociais-deputado-aciona-pgr/>>. Acesso em: 8 nov. 2023.

²³ Redação. Governo Bolsonaro acumula escândalos de corrupção; confira os principais: Bolsonaro diz não haver corrupção em seu governo, mas casos envolvendo a compra da vacina Covaxin, Ricardo Salles, tratoração e pastores no MEC impactam a gestão. **Estadão**, [S. l.], 22 jun. 2022. Política. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/politica/governo-bolsonaro-acumula-escandalos-de-corrupcao-confira-os-principais/>>. Acesso em: 8 nov. 2023.

²⁴ BIERNATH, André. Por que governo Bolsonaro é investigado por suspeita de genocídio contra os yanomami: O Supremo Tribunal Federal (STF) determinou a abertura de uma investigação de autoridades do governo Jair Bolsonaro (PL) pela suposta prática de genocídio de indígenas yanomami. O pedido foi assinado pelo ministro Luís Roberto Barroso nesta segunda-feira (30). **BBC NEWS Brasil**, [S. l.], 27 jan. 2023. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-64417930>>. Acesso em: 8 nov. 2023.

concluíram que Haddad precisa se descolar do ex-presidente, que tem uma elevada rejeição, e fizeram nele uma maquiagem, com o intuito de *engabelar o eleitor*. Nessa estratégia de colocar Haddad *como se fosse um novo produto na prateleira com nova embalagem, mas com o mesmo conteúdo*, o comando da campanha mudou toda a programação visual. [...] A guerrilha petista pela Presidência continua, desta vez com transmutações orientadas, como sempre, pelo líder máximo do partido *aprisionado* em Curitiba. (ISTOÉ, 2018)

Outra estratégia amplamente utilizada pela extrema direita, e que até então não tinha tanta atenção nos meios de comunicação foram as redes sociais. De forma geral, as redes sociais alteraram significantes o dinamismo da informação, uma vez que nesse espaço os usuários assumem protagonismo e passa a ser produtor e consumidor de conteúdos propagados em grande escala. No entanto, nesse momento as redes sociais não tinham qualquer regulamentação, além de que ainda não era acessível ferramentas de verificação sobre a veracidade dos fatos divulgados massivamente. Logo o usuário tinha liberdade para compartilhar com a comunidade, aquilo que corresponde aos seus valores, e considerava importante para si e para os outros, sem averiguar se a notícia ou afirmação eram verdadeiras.

A campanha de Bolsonaro apostou muitos recursos nessa estratégia, operando robôs para disparo massivos, ou optando por fazer *lives* em suas redes sociais ao invés de utilizar os canais de comunicações tradicionais como por exemplo a televisão. Bolsonaro fazia depoimentos absurdos em suas redes sociais, e até quem não concordava, ao ir até nos canais do candidato e interagir com as publicações criticando, ajudava aquele assunto se disseminar ainda mais. Através da polêmica e do barulho, o ex-militar rapidamente se tornou protagonistas do processo eleitoral do ano de 2018.

Em 28 de outubro Jair Messias Bolsonaro foi eleito presidente no segundo turno com 55,13% contra Fernando Henrique Haddad que alcançou apenas 44,87%²⁵. Um dos fatores que chamou atenção é que desde 1989 – marco do processo de redemocratização do país – as eleições brasileiras tiveram um número estrondoso de votos brancos, nulos, e abstenções, 42 milhões de eleitores não escolheram nenhum candidato²⁶. Ainda a direita cravou uma vitória significativa, 12 dos 27 governadores eram governadores pró-Bolsonaro, e apenas 8 se

²⁵ Para acessar todas as estáticas do processo eleitoral de 2018 veja em: **SIG eleição - resultados**. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-resultados/home?p0_ano=2018&session=308384627060104>. Acesso em: 25 nov. 2023.

²⁶ GRANDIN, Felipe; OLIVEIRA, Leandro; ESTEVES, Rodrigo. Percentual de voto nulo é o maior desde 1989; soma de abstenções, nulos e brancos passa de 30%. **G1**, [S. l.], 28 out. 2018. eleições 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/28/percentual-de-voto-nulo-e-o-maior-desde-1989-soma-de-abstencoes-nulos-e-brancos-passa-de-30.ghtml>>. Acesso em: 5 dez. 2023.

colocavam enquanto oposição. O partido do agora então presidente, Partido Social Liberal (PSL), passou de 8 para 52 parlamentares²⁷.

Em seu discurso de posse, Bolsonaro acenava claramente ao autoritarismo, o conservadorismo, e ao neoliberalismo. Mas ainda sim os jornais hegemônicos como a Folha de S. Paulo, colocava como subtítulo da manchete um pequeno trecho meio ao mar de ameaças ao povo brasileiro, que o então presidente se referenciava a democracia: “Uma de minhas prioridades é proteger e revigorar a democracia brasileira, disse o presidente”²⁸. Claramente em resposta às críticas de que seu governo poderia ser autoritário. Todavia o texto seguinte, referente ao discurso do ex-militar, tornava explícito o projeto político que se desenhava desde o golpe de 2016:

Vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores. O Brasil voltará a ser um país livre das amarras ideológicas. [...] Daqui em diante, nos pautaremos pela vontade soberana daqueles brasileiros que querem boas escolas, capazes de preparar seus filhos para o mercado de trabalho e não para a militância política; que sonham com a liberdade de ir e vir, sem serem vitimados pelo crime; que desejam conquistar, pelo mérito, bons empregos e sustentar com dignidade suas famílias; que exigem saúde, educação, infraestrutura e saneamento básico, em respeito aos direitos e garantias fundamentais da nossa Constituição.[...] Nossas Forças Armadas terão as condições necessárias para cumprir sua missão constitucional de defesa da soberania, do território nacional e das instituições democráticas, mantendo suas capacidades dissuasórias para resguardar nossa soberania e proteger nossas fronteiras.[...] Na economia traremos a marca da confiança, do interesse nacional, do livre mercado e da eficiência.[...] Realizaremos reformas estruturantes, que serão essenciais para a saúde financeira e sustentabilidade das contas públicas, transformando o cenário econômico e abrindo novas oportunidades. Precisamos criar um ciclo virtuoso para a economia que traga a confiança necessária para permitir abrir nossos mercados para o comércio internacional, estimulando a competição, a produtividade e a eficácia, sem o viés ideológico. [...] Brasil acima de tudo! Deus acima de todos! (BOLSONARO, 2019)²⁹

Em seu primeiro ano de governo foi aprovado a reforma da previdência, emplacada pelo governo Temer. As alterações se deram em torno das regras para a aposentadoria ou recebimento de pensão, agora a idade mínima estabelecida para aposentadoria é 62 anos para as mulheres, e 65 anos para os homens, além de alterar regras para policiais, professores, servidores, pessoas

²⁷ Redação. Onda de direita toma o país. **Folha de S.Paulo**, [S. l.], 28 out. 2018. eleições 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://temas.folha.uol.com.br/eleicoes-2018-em-graficos/resultado/onda-de-direita-toma-o-pais.shtml>>. Acesso em: 5 dez. 2023.

²⁸ Redação. Leia a íntegra do discurso de Bolsonaro na cerimônia de posse no Congresso: Uma de minhas prioridades é proteger e revigorar a democracia brasileira, disse o presidente. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 1 jan. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-cerimonia-de-posse-no-congresso.shtml>>. Acesso em: 5 dez. 2023.

²⁹ *Ibidem*, 2019.

com deficiência ou invalidez, e pensões por morte³⁰. Também foi um período marcado pelas constantes polemicas em torno da figura do presidente e sua gangue familiar, que constantemente fizeram declarações celebrando o período ditatorial e atacando as instituições democráticas. Tragicamente, ao mesmo tempo houve um desmonte dos órgãos de fiscalização ambiental e houve um aumento significativo de queimadas, vazamento de produto químico em nascentes, grilagem, e outros desastres sócios ambientais.

Foi um ano desastroso para a educação, a pasta do ministério inicialmente foi comandada por Abraham Weintraub, que articulou o projeto de corte orçamentário do Ensino Superior Público em 30%, ação que poderia paralisar as atividades de muitas universidades³¹. Simultaneamente buscou executar o projeto “Futura-se”, que tirava a responsabilidade de financiamento da universidade do Estado, e realocava para as próprias universidades, que deveriam individualmente procurar captar recursos com parcerias privadas. Essas medidas foram mal-recebida pelo grupo de estudantes, professores, servidores e afins. Manifestações gigantescas ocorreram em todos os estados, puxadas pela União Nacional dos Estudantes (UNE), no dia 15 e 30 de maio³².

Ainda tais medidas não se limitaram ao ensino superior, também foi lançado o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, que prevista o aumento significativo de recursos da pasta para a expansão e implementação de escolas cívico-militares, sendo a meta estipulada pelo governo de 216 novas escolas³³. E como último ato de perversidade, quando Weintraub foi exonerado, devido as constantes polêmicas em ataque as instituições democráticas, ele revogou a Portaria Normativa nº 13 de 2016, que estabelecia a política de cotas para negros, indígenas e pessoas com deficiência nos cursos de pós-graduação.

³⁰ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019**. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. [S. l.], 12 nov. 2019. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm>. Acesso em: 5 dez. 2023.

³¹ SALDANÃ, Paulo. MEC estende corte de 30% de verbas a todas as universidades federais: Ministro havia anunciado bloqueio a três unidades por motivos ideológicos, o que fere a Constituição. **Folha de S. Paulo**, [S. l.], p. 1, 30 abr. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/04/mec-estende-corte-de-30-de-verbas-a-todas-universidades-federais.shtml>>. Acesso em: 5 dez. 2023.

³² DULCE, Emilly; CARVALHO, Igor; CONSOLE, Luciana. Mais de um milhão vão às ruas em defesa da educação e contra a reforma da Previdência: Em todos os estados, brasileiros manifestaram repúdio ao corte de 30% no orçamento das universidades federais. **Brasil de Fato**, São Paulo, 30 maio 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/05/15/em-todos-os-estados-brasileiros-vao-as-ruas-em-defesa-da-educacao-e-contra-bolsonaro/>>. Acesso em: 5 dez. 2023.

³³ MENEZES, Dyelle; PERA, Guilherme. "É a maior revolução na área de ensino no país dos últimos 20 anos", diz ministro: Na Câmara, ministro listou programas da educação básica à superior lançados pela pasta. **Portal MEC**, [S. l.], p. 1, 12 dez. 2019. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/52641>>. Acesso em: 5 dez. 2023.

Nesse primeiro momento de governo a mídia hegemônica já ponderavam algumas críticas ao presidente e sua gestão, principalmente sobre as declarações violentas, a crescente da crise ambiental no país, e das denúncias de corrupção que se tornavam mais evidente. Mas não largavam a mão de elogiar a gestão econômica, guiada por Paulo Guedes³⁴. Nesse morde e assopra, o jornal *g1* – grupo Globo – em sua retrospectiva do primeiro ano de governo (Mazui, 2019), se quer relembra o desmonte da educação e todas as mobilizações da oposição contra o governo, mas celebrava economia:

O primeiro ano de Bolsonaro foi marcado por uma queda histórica da taxa básica de juros. A Selic começou 2019 em 6,5% e seguiu caindo até atingir 4,5% em dezembro, a menor taxa desde a implantação do regime de metas, em 1999. O desemprego começou em alta, atingindo 12,7% em março, foi caindo lentamente e chegou a outubro em 11,6% (12,4 milhões de brasileiros), estável em relação ao ano passado. Apesar do número ainda alto, dados do IBGE mostram que o mercado de trabalho segue em trajetória de recuperação gradual, ainda que puxada pelo avanço da informalidade, que em 2019 atingiu nível recorde (41,2%). (Mazui, 2019, página digital)

Infelizmente, os anos seguintes foram ainda pior. Já no início de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) alarmava sobre uma pandemia do vírus Covid-19, que era altamente contagioso e letal, especialmente aos grupos de risco como: idosos, hipertensos, diabéticos, e assim por diante³⁵. Ainda não existia vacina, remédio, ou qualquer tipo de tratamento que pudesse ajudar na prevenção e combate à doença. Como redução de danos a única medida cabível era o isolamento, o uso massivo de máscaras, e esterilização com álcool. Logo a maioria dos países, e seus respectivos líderes políticos, agiram de acordo com as orientações da OMS, fundamentadas no saber científico, implementando políticas de supressão de aglomerações e distribuição de kits de proteção. No entanto dois líderes nacionais decidiram ir na contramão, negando a ciência e as instituições de saúde que alertavam para a gravidade da pandemia: Donald Trump no Estados Unidos, e Bolsonaro no Brasil.

O governo do ex-militar negou a gravidade da pandemia, alegando que era uma grande histeria coletiva. Além de dar inúmeros discursos onde argumentava que não dava para o país parar, pois a economia estagnaria e essa sim era a prioridade de sua gestão. Ironicamente

³⁴ Paulo Guedes é um economista liberal, onde parte de sua formação foi concluída no Chile, por apreço às reformas econômicas da ditadura Pinochet, orientado pelos grupos dos Chicago Boys na década de 1980. Desde então, o economista defende a implementação aqui no Brasil dessas reformas feitas por Ronald Reagan nos Estados Unidos, Margaret Thatcher no Reino Unido, e pelos militares no Chile.

³⁵ Organização Mundial da Saúde. Notas iniciais: Informação à imprensa sobre o COVID-19 - 11 de março de 2020. **Organização Mundial da Saúde**, [S. l.], 11 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.who.int/pt/news-room/speeches/item/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020>>. Acesso em: 5 dez. 2023.

declarava seu bordão “fica em casa, e a economia a gente vê depois”³⁶. Ainda indicou o tratamento de prevenção da doença com o remédio Cloroquina, que se quer tinha alguma eficácia comprovada cientificamente e poderia trazer sérios riscos ao usuário. Não fez nada para impedir que população saísse de casa e se aglomerassem meio aos transportes públicos, hospitais, mercados, confraternizações, e principalmente incentivou aglomerações gigantescas para manifestações pró governo.

Posteriormente com a CPI da Covid também foram descobertos casos de corrupção envolvendo compras de vacinas, omissão do governo federal e assim por diante. Por fim a comissão avaliou que o ex-militar teria participado dos seguintes crimes: crime de epidemia ao promover aglomerações de pessoas, crime de infração de medida sanitária preventiva ao não usar máscaras em público, prevaricação ao não pedir que fosse investigada a suspeita de corrupção na compra da vacina Covaxin, falsificação de documento particular ao atribuir ao TCU estudo questionando o número de mortes por Covid em 2020, incitação ao crime ao estimular a população a infringir medidas de distanciamento social e incentivar a invasão de hospitais de campanha, charlatanismo ao defender o uso de remédios ineficazes contra a Covid, crimes contra a humanidade na condução da pandemia, emprego irregular de verba pública ao destinar recursos para a compra de remédios ineficazes e crime de responsabilidade por ter defendido a imunidade de rebanho por contágio, atentando contra o direito à vida e à saúde.³⁷

O preço por suas escolhas quem pagou foi o povo brasileiro, embora a gestão bolsonarista tenha desmontado a base de dados e monitoramento, paralelamente órgãos de imprensa e organizações internacionais registram atualmente mais de 39 milhões de casos, e mais 708 mil óbitos, atingindo a média de 4 mil mortes por dia em abril de 2021³⁸. Embora a área da saúde tenha sido a questão central nesse período, outros setores sociais foram igualmente atingidos pelas dificuldades de uma pandemia e o descaso do governo. O mundo do trabalho foi intensamente precarizado pelo aumento do desemprego, e número crescentes no

³⁶ Esse bordão foi amplamente utilizado por Bolsonaro em suas declarações públicas. A revista Piauí apurou que das 181 lives feitas pelo então presidente, em 93 ocasiões ele utilizou o jargão. Veja mais em: MAZZA, Luiggi. BOLSONARO USOU A EXPRESSÃO “FICA EM CASA, A ECONOMIA A GENTE VÊ DEPOIS” EM MAIS DA METADE DAS LIVES NA PANDEMIA. *Piauí*, [S. l.], 30 set. 2022. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/bolsonaro-usou-expressao-fica-em-casa-economia-gente-ve-depois-em-mais-da-metade-das-lives-na-pandemia/>>. Acesso em: 5 dez. 2023.

³⁷ CPI DA COVID: Relatório Final. **g1**, [S. l.], 20 out. 2021. Disponível em: <<https://especiais.g1.globo.com/politica/cpi-da-covid/2021/cpi-covid-relatorio-final-bolsonaro-outros-investigados/>>. Acesso em: 5 dez. 2023.

³⁸ CORONAVÍRUS Brasil: Painel Geral. [S. l.], última atualização 15 dez. 2023. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em: 5 dez. 2023.

serviço terceirizado, além de que não houve aumento real no salário-mínimo nos quatro anos de gestão de Bolsonaro.

Somado isso ao desmonte as políticas públicas e serviços sociais, precarização essa ainda orientada pela PEC do teto de gastos, a população brasileira passou novamente a experienciar a extrema pobreza e a volta do Brasil no mapa da fome. A Rede Brasileira de pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional apresentou no II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19, que 30,1% dos domicílios enfrentavam restrição quantitativa aos alimentos, dentre eles 15,5% conviviam com estado de fome. Em termos populacionais, 125,2 milhões de brasileiros estavam na faixa da insegurança alimentar e mais de 33 milhões em situação de fome.³⁹

A educação também foi desmoralizada pelo governo de Bolsonaro, de acordo com o relatório “Depois do desmonte” que apresenta um balanço dos gastos da União entre os anos de 2019-2022, realizado pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc). No geral os recursos para a Educação despencaram de R\$ 131 bilhões em 2019 para R\$ 127 bilhões em 2022. O orçamento previsto para creches caiu 60% em termos reais, de R\$ 470 milhões para R\$ 187 milhões. No ensino superior embora já tenha sido relatado medidas iniciais do governo, também declinaram em 18% em termos reais de R\$ 43,3 bilhões para R\$ 35,4 bilhões, se considerar a projeção financeira da Capes é ainda pior, pois bate os números de 39%, uma vez que o orçamento da instituição foi reduzido em R\$ 2,3 bilhões.⁴⁰

Esse sufocamento de recurso impediu a maioria das escolas de projetarem e executar uma transição para o online de forma digna. Em outra pesquisa realizado pelo Inesc, cujo relatório apresentado recebeu o título de: “A experiência do ensino durante a pandemia de Covid-19 no Brasil”, mostrou que 60,3% dos alunos de escolas públicas não tinham um computador para acompanhar as aulas, 84,6% dos estudantes não receberam suporte financeiro, infraestrutura ou equipamento para o ensino remoto. O resultado foi que um a cada cinco alunos do Ensino Médio da rede pública ficou sem aula na pandemia, e a taxa de abandono atingiu a

³⁹ Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert. 2022. Disponível em: <<https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>>. Acesso em: 5 dez. 2023.

⁴⁰ Instituto de Estudos Socioeconômicos – Inesc. Depois do desmonte: Balanço do Orçamento Geral da União 2022. Brasília. 2023. Disponível em: <https://inesc.org.br/wp-content/uploads/2023/04/depois_do_desmonte-bogu_2022.pdf?x92701>. Acesso em: 5 dez. 2023.

marca de 44,4% no período sendo os principais motivos: a necessidade de trabalho (14,6%) e falta de recurso (12,9%).⁴¹

No entanto, a economia - grande preocupação do governo, do mercado financeiro, da mídia hegemônica - triunfava aos moldes do neoliberalismo. Globalmente aqueles que concentram os meios de produção e se encontram no topo da pirâmide – 0,001% da população - pode comemorar pois suas fortunas cresceram em 14% no período pandêmico, em oposição a aqueles da base da pirâmide que além da tragédia sanitária ainda presenciaram mais de 100 milhões pessoas caírem para o nível da pobreza extrema. No Brasil os 10% mais ricos passaram a concentrar 59% de toda renda nacional.⁴²

É nesse contexto, que o ex-presidente Lula teve sua condenação anulada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e retomava a possibilidade de ser candidato à presidência nas eleições de 2022⁴³. Desde sua soltura, o ex-metalúrgico manifestava ao público seu desejo de retomar a presidência do Brasil. O seu discurso se concentrava na necessidade da reconstrução da sociedade brasileira por muitas mãos – ou seja a necessidade de uma frente ampla. E de fato, quando chegou o período de pré-campanha, o agora então candidato dialogou com todos aqueles que demonstraram abertura, de pastores a macumbeiros, de empresários a sindicatos, dos partidos de direita aos partidos de esquerda, movimentos sociais, instituições e assim por diante. Lula anunciava a mais uma vez a conciliação a como estratégia fundamental para garantir sua vitória, e possivelmente como projeto de governo.

Do outro lado, Bolsonaro pleiteava uma reeleição, ainda apostando em uma campanha baseada: na distribuição massiva de notícias falsas, na apologia da violência, no terrorismo propagado pelo pânico moral, e agora no uso de recursos e instituições do Estado para impulsionar sua campanha. Além de que eles empreenderam inúmeras tentativas de anulação

⁴¹ Instituto de Estudos Socioeconômicos – Inesc. A experiência do ensino durante a pandemia de Covid-19 no Brasil. Brasília. 2021. Disponível em: <https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2021/11/MALALA-V1-Relatorio-Pesquisa_V6.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2023.

⁴² GRASSO, Daniele; PELLICER, Luís. Os 10% mais ricos com 76% do patrimônio do planeta, o retrato da desigualdade na pandemia: Relatório mostra que disparidade entre ricos e pobres continuou crescendo entre 2019 e 2021, a era da covid-19. Brasil é mais desigual que EUA e China, e parcela mais rica ganha quase 30 vezes mais do que a base de 50% mais pobre. *In: El País: Economia*. [S. l.], 7 dez. 2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/economia/2021-12-07/os-10-mais-ricos-com-76-do-patrimonio-do-planeta-o-retrato-da-desigualdade-na-pandemia.html>>. Acesso em: 5 dez. 2023.

⁴³ STF confirma anulação de condenações do ex-presidente Lula na Lava Jato: Por 8 votos a 3, Plenário rejeitou recurso da PGR contra decisão do ministro Edson Fachin que julgou incompetente o juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba. *In: Supremo Tribunal Federal*. [S. l.], 15 abr. 2021. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=464261&ori=1>>. Acesso em: 11 dez. 2023.

de eleição ou golpe. Plantando desconfianças em torno do uso da urna eletrônica⁴⁴, usando da Polícia Rodoviária Federal (PRF) para impedir a população de votar em regiões que tradicionalmente vota no PT⁴⁵. A extrema direita, demonstrava que não seguiria as regras da democracia para se manter no poder.

Por fim os resultados de forma geral beneficiaram a direita que conseguiu eleger 23 governadores, 23 senadores, e aumentar de forma significativa seu número na Câmara dos Deputados com eleição de 418 candidatos. Mas a coalisão centro e esquerda de Lula lhe garantiu a vitória no segundo turno com 50,9% dos votos⁴⁶. Uma vantagem extremamente apertada, justificada pelas tentativas frustradas de Bolsonaro de implodir o sistema democrático, mas que também expressava o avanço das ideias da extrema-direita perante a população.

O ano de 2024 iniciou com então presidente eleito tomando posse na frente de mais de 300mil pessoas que foram prestigiar a democracia. Lula subiu a rampa com um grupo de pessoas que representava o povo brasileiro e a conquista coletiva. Assim subiu ao seu lado: Aline Souza catadora e atual presidente da Central de Cooperativas de Materiais Recicláveis, Cacique Raoni Metuktire uma referência da luta indígena, Wesley Viesba Rodrigues Rocha um metalúrgico do ABC paulista, Murilo de Quadros Jesus um professor, Flávio Pereira enquanto um artesão, Ivan Baro referência da luta anticapacitista, e por fim Francisco Filho, uma criança de 10 anos que entregou a faixa aos braços de Lula.

Para além do abuso da semiótica que apostava na valorização da diversidade cultural e social do povo brasileiro, o discurso do presidente também retomava a tragédia social que assolava o país pautada principalmente pela fome, pelo descaso com a vida da população, ele se emociona, e promete retoma como um Estado atuante⁴⁷. Enquanto esteve no Palácio do

⁴⁴ RODRIGUES, Thais. 10 MENTIRAS QUE BOLSONARO FALOU SOBRE AS URNAS PARA DEFENDER O VOTO IMPRESSO. *In: Congresso em Foco*. [S. l.], 10 ago. 2021. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/10-mentiras-que-bolsonaro-falou-sobre-as-urnas-para-defender-o-voto-impreso/>>. Acesso em: 11 dez. 2023.

⁴⁵ TUROLLO, Reynaldo. Sob comando de Bolsonaro, um terço das blitzes da PRF no segundo turno ocorreu no Nordeste: Corporação dedicou a maior parte dos esforços para a região, cuja frota representa apenas 17,6% do total de veículos do país. Números foram obtidos pelo GLOBO via Lei de Acesso à Informação. *In: Globo*. Brasília, 3 jul. 2023. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/07/sob-comando-de-bolsonaro-um-terco-das-blitzes-da-prf-no-segundo-turno-ocorreu-no-nordeste.ghtml>>. Acesso em: 11 dez. 2023.

⁴⁶ Para acessar todas as estáticas do processo eleitoral de 2022 veja em: **SIG eleição - resultados**. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/seai/r/sig-eleicao-resultados/home?p0_ano=2022>. Acesso em: 5 dez. 2023.

⁴⁷ Leia na íntegra os discursos de Lula na posse. *In: Uol*. São Paulo, 1 jan. 2023. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/01/01/posse-lula-discursos-congresso-planalto-integra.htm>>. Acesso em: 6 dez. 2023.

Planalto, como primeiros atos administrativos de seu mandato acionou uma medida provisória que retomava o Programa Bolsa Família agora com o valor alterado para R\$ 600, decreto que altera a política de flexibilização de acesso às armas, e por fim despachou que fosse reavaliado os 100 anos de sigilos impostos por Bolsonaro em diversos documentos pessoais e do governo.

Embora o começo desse ano soprava ventos favoráveis a retomada da democracia e do progresso social e econômico, o desejo daqueles que votaram em um novo projeto político já encontrava objeções e resistência. A oposição, formada pela extrema-direita ainda sonhava com o golpe, desde outubro – após os resultados dos segundos turnos – milhares de pessoas acamparam na frente dos quartéis brasileiros em quase todas as cidades, pedindo intervenção militar contra os resultados nas urnas. E no dia 8 de janeiro, elas subiram o tom das manifestações, e foi coordenado uma invasão a praças dos três poderes em Brasília – a mesma movimentação foi facilitada pela segurança pública local e pelo exército brasileiro. Além, de depredaram os prédios, foram danificados diversos itens do acervo público e que fazem parte da história da república brasileira como: móveis, quadros, tapeçarias, estátuas entre outros⁴⁸.

A frente ampla formada enquanto estratégia eleitoral, agora após a vitória, cada um desejava o seu pedaço do bolo da grande festa. O cabo de guerra inicial se deu em torno da economia e principalmente a PEC do teto de gasto – não por coincidência, uma vez que é a regulamentação de uma atuação mínima do Estado através do sufocamento de recursos. Os argumentos do mercado financeiro e de base políticas centro-direita era que: o governo não poderia ser irresponsável com as contas da União, era preciso equilibrar os gastos com arrecadação, pelo menos quando se diz a respeito de políticas públicas para as classes populares.

Outro embate de pautas que a frente ampla atravessa é a questão ambiental. Em campanha Lula criticou arduamente o governo anterior pelo descaso com a pauta ambiental, com desmonte dos órgãos de fiscalização e incentivo da degradação ambiental. O então presidente até teria convencido a Marina Silva⁴⁹ a participar de sua campanha e assumir o cargo do primeiro escalão de Ministra do Meio Ambiente. Contraditoriamente o governo não deixa de apoiar a abertura de novos fossos em áreas preservadas para exploração do combustível

⁴⁸ Últimas notícias: Ataques de 8 de janeiro. *In: Folha de S.Paulo*: Folha tópicos. São Paulo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/ataque-a-democracia/>>. Acesso em: 6 dez. 2023.

⁴⁹ Marina Silva atualmente é filiada ao Partido Rede. Em 1988, se elegeu vereadora de Rio Branco com uma votação expressiva. Em 1990, tornou-se deputada estadual e em 1994, chegou à Brasília eleita a senadora mais jovem da história da República. Foi reeleita em 2002, com votação quase três vezes superior à anterior, e em 2003 nomeada ministra do Meio Ambiente, cargo que ocupou com excelência até 2008, quando retornou ao senado para terminar de cumprir o mandato. Atualmente voltou a ocupar o cargo de ministra do Meio Ambiente. Hoje 'reconhecida pela militância e vida pública e comprometimento com a pauta socioambiental.

fóssil⁵⁰. Não pune ou impõe medida compensatórias para empresas que degradam o meio ambiente e afetam diretamente a vida da população à exemplo da empresa Braskem – mineradora - que está afundando a cidade de Maceió⁵¹.

Evidentemente a educação também entrou em disputa, principalmente acerca a Reforma do Ensino Médio, inicialmente o presidente não revogou o processo de implementação iniciado em 2022, até que começou pipocar mobilizações nas redes sociais mobilizada principalmente por estudantes e professores⁵². Para avaliar o que até então havia sido implementado e averiguar outras possibilidades o MEC abriu uma consulta pública que acontece do dia 24 de abril até 6 de julho de 2023⁵³. Simultaneamente em abril o governo decidiu revogar o processo de implementação da reforma. A disputa agora se dava do desenho do novo projeto, até onde algumas ideias do projeto anterior seriam reaproveitadas, o que não daria de forma algumas para continuar etc. O fato de algumas declarações públicas do governo já anunciar esse movimento de reaproveitamento de medidas anteriores já traz um indicativo da mobilização de conciliação entre empresários, educadores, movimentos sociais e afins.

Atualmente Lula ainda insisti na conciliação de uma agenda neoliberal com o desenvolvimento social, improvisa nos malabares entre um projeto que tem como finalidade o encolhimento do Estado, com um projeto que necessita de um Estado atuante. Fato é, que hoje a maioria dos governos nacionais não tem autoridade e recursos para resistir ao avanço do neoliberalismo, pois está constantemente com o pescoço sob a navalha dos golpes autoritário da burguesia. E tem demonstrado em diversos países que a democracia é no máximo desejável, mas não é a finalidade do projeto neoliberal, cujo único objetivo é a condição do livre mercado.

⁵⁰ ANJOS, Anna Beatriz. Na COP28, Lula mostra lição de casa sobre Amazônia, mas reforça contradição com petróleo: Ao se apresentar como liderança contra a crise climática em Dubai, presidente é cobrado por não abrir mão de fósseis. *In: Brasil de Fato*. [S. l.], 4 dez. 2023. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2023/12/04/na-cop28-lula-mostra-licao-de-casa-sobre-amazonia-mas-reforca-contradicao-com-petroleo>>. Acesso em: 6 dez. 2023.

⁵¹ BRASKEM: Bairro em Maceió está afundando meio centímetro por hora, segundo Defesa Civil: Defesa Civil afirmou que o ritmo de afundamento do solo da mina 18 da Braskem dobrou de velocidade nas últimas 24 horas. *In: Brasil de Fato*. São Paulo, 10 dez. 2023. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2023/12/10/braskem-bairro-em-maceio-esta-afundando-meio-centimetro-por-hora-segundo-defesa-civil>>. Acesso em: 6 dez. 2023.

⁵² MONCAU, Gabriela. Por paz nas escolas e revogação do Novo Ensino Médio, estudantes vão às ruas nesta quarta (19): Além da revogação, secundaristas reivindicam conferências para construir uma "reforma popular do ensino médio". *In: Brasil de Fato*. São Paulo, 18 abr. 2023. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2023/04/18/por-paz-nas-escolas-e-revogacao-do-novo-ensino-medio-estudantes-vaao-ruas-nesta-quarta-19>>. Acesso em: 6 dez. 2023.

⁵³ AVALIAÇÃO e Reestruturação da Política Nacional de Ensino Médio. *In: Governo Federal*. [S. l.], 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/participamaisbrasil/reestruturacao-da-politica-nacional-de-ensino-medio>>. Acesso em: 6 dez. 2023.

Em prol da manutenção de seus privilégios, em detrimento dos direitos e da vida das classes populares, a burguesia adota a máxima de que os fins justificam os meios⁵⁴.

⁵⁴ Paráfrase de Nicolau Maquiavel, significando que se os objetivos forem importantes o suficiente, qualquer método para os atingir é aceitável.

REFORMULAÇÃO DO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO

Esta parte da pesquisa se dedica não só analisar o contexto e debates acerca da reformulação do Ensino Médio, período marcado por uma investida do capital na mobilização global em torno de uma reformulação da educação pública, defendendo um modelo de gestão empresarial para todos os espaços públicos. Escorados na Teoria do Capital Humano e estigmatização da pobreza, eles promovem um sistema de ensino e aprendizado que: mercantiliza a educação; torna todo processo de formação voltado para o mercado de trabalho; e passa a avaliar as escolas, professores e alunos com base de índice de produtividade. Para implementação desses modelos eles se apostam na atuação do terceiro setor – organizações “independentes” que exerce o papel de mediação entre sociedade civil e Estado – e passam a pressionar os Estados nacionais por reformulação.

No Brasil um dos marcos dessa erosão do neodesenvolvimentismo e das referências políticas, é as manifestações de 2013, também citada como “Jornadas de Junho” ou “O mês que não terminou”. Não há um consenso na academia sobre qual seria as possíveis justificativas para as mobilizações, já que o contexto que antecede não apontava “sinais” para insatisfação geral. O país finalmente atingia a menor taxa de desemprego dos últimos onze anos⁵⁵, o Produto Interno Bruto (PIB) também progredia⁵⁶, o setor econômico decolava e o Brasil se posicionava como a sexta maior economia do mundo⁵⁷. Além disso o governo da então presidenta Dilma Roussef (PT), tinha uma ampla aprovação da população brasileira chegando à marca de 63%, em uma pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria em parceria com o Ibope⁵⁸.

A princípio as manifestações se deram em torno da pauta contra ao reajuste dos preços das passagens do transporte público que aconteceria naquele momento em diversas cidades como: São Paulo, Fortaleza, Belo Horizonte, Manaus, Rio de Janeiro, Goiânia, e entre outros.

⁵⁵ LISBOA, Vinícius. Desemprego em 2013 é o menor dos últimos 11 anos. **Agência Brasil**, [S. l.], 30 jan. 2014. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2014-01/denise-desemprego-fecha-2013-com-menor-media-anual-da-serie-historica#:~:text=A%20taxa%20de%20desocupa%C3%A7%C3%A3o%20oficial,tamb%C3%A9m%20j%C3%A1%20constatada%20na%20pesquisa>>. Acesso em: 20 out. 2023.

⁵⁶ Economia brasileira avançou 2,3% em 2013, diz IBGE. **Globo**, [S. l.], 27 fev. 2014. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2014/02/economia-brasileira-avancou-23-em-2013-diz-ibge.html>>. Acesso em: 24 out. 2023.

⁵⁷ Brasil deve recuperar posto de 6ª maior economia em 2013, mostra FMI. **Globo**, [S. l.], 19 abr. 2013. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2013/04/brasil-deve-recuperar-posto-de-6-maior-economia-em-2013-mostra-fmi.html>>. Acesso em: 24 out. 2023.

⁵⁸ CAMPANERUT, Camila. Dilma é aprovada por 79% e supera Lula e FHC, diz CNI/Ibope. **Uol**, [S. l.], p. 1-4, 19 mar. 2013. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/03/19/dilma-cni-ibope.htm>>. Acesso em: 23 out. 2023.

Diversos movimentos sociais ligados a pauta da gratuidade do transporte público encabeçaram então as primeiras manifestações. Também aparecia uma certa influência ou semelhança as mobilizações que aconteciam no norte da África e no oriente que ficou conhecido como “Primavera Árabe”, uma série de protestos de ruas que aconteciam em prol da pauta de acesso a direitos historicamente conquistado, antiestatal, e protagonizada pelas juventudes e mobilização coordenadas nas redes sociais. Entretanto outras pautas, e agentes começaram a compor os atos de rua dando uma nova direção as mobilizações.

Como explica Maria Glória Gohn (2014), os manifestantes passaram a expressar um descontentamento generalizado com a política institucional, demonizando os partidos políticos e seus representantes, ou seja, a própria democracia representativa e a validade das instituições que a compunham. Inclusive era comum que essas manifestações negassem a presença de bandeiras de partidos, interferência de lideranças centralizadas, atuação de organizações e movimento sociais e assim por diante. Uma prática de aversão a política e distanciamento de uma base ideológica única, admitindo a pluralidade.

O que os motiva é um sentimento de descontentamento, desencantamento e indignação contra a conjuntura ético-política de dirigentes e representantes civis eleitos nas estruturas de poder estatal, assim como as prioridades nas obras e ações selecionadas e seus efeitos na sociedade. O movimento acontece “em se fazendo” e não via grandes planos de organizações com coordenações verticalizadas. Há processos de subjetivação na construção dos sujeitos em ação. (Gohn, 2014, p.432).

Após as manifestações a taxa de aprovação pelos principais agentes político envolvidos, como o então governador do estado de São Paulo Geraldo Alckmin e a presidenta Dilma Rousseff sucumbiram imediatamente⁵⁹. Outros movimentos ligados à uma perspectiva liberal e até conservadora ganharam corpo e destaque nacional, a exemplo do Vem Pra a Rua ligado a juventude do PSDB, e o Movimento Brasil Livre (MBL) que de forma geral se pautava a antipolítica como Marina Amaral explica (2016) explica: “Suas principais bandeiras eram

⁵⁹ Em uma pesquisa executada pelo Datafolha, Geraldo Alckmin (PSDB) possuía 52% de avaliações boas e ótimas e 15% de péssimas entre 6 e 7 de junho, vinte dia depois e os números caíram respetivamente para 38% de avaliações bom e ótimo e 15% de ruim ou péssimo. Enquanto Dilma Rousseff (PT) detinha 57% de avaliações ótimo ou bom e 9% de ruim ou péssimo entre 6 e 7 de junho, no momento final das mobilizações a presidenta encarava a dura queda para 30% de avaliações ótimo ou bom e 25% de ruim ou péssimo. Para mais informações: APROVAÇÃO a governo Dilma Rousseff cai 27 pontos em três semanas. **Folha de S. Paulo**, [S. l.], 29 jun. 2013. Datafolha: Instituto de pesquisa. Disponível em: <<https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/06/1303659-aprovacao-a-governo-dilma-rousseff-cai-27-pontos-em-tres-semanas.shtml>>. Acesso em: 2 out. 2023.

contra a “roubalheira” e contra “tudo isso que está aí”, paulatinamente substituído por um simples “Fora PT”.⁶⁰

Com a onda de protestos de 2013, tudo parecia ser possível, de um lado os filhos do neodesenvolvimentismo estavam cada vez mais frustrados, nenhum curso superior parecia ser o suficiente para garantir um bom emprego dentro da lógica neoliberal fundamentada na terceirização e deterioração do mundo do trabalho. Da mesma forma as políticas públicas de distribuição de renda apresentava seus limites, suficiente em acabar com a miséria, mas incapaz de extinguir a pobreza ou garantir ascensão social aos beneficiários. As expectativas para o ano seguinte com eleições previstas ficaram inflamadas.

No ano seguinte, 2014 estava previsto novas eleições presidenciais, que já começava conturbada tanto pelas manifestações do ano anterior, quanto pela trágica morte de um dos candidatos à presidência Eduardo Campos do Partido Socialista Brasileiro (PSB). A partir de então as eleições foram demarcadas pelos dois principais projetos: de um lado os tucanos apoiavam a adesão definitiva do Estado mínimo, e do outro o PT continuava a defender o velho jeito de governar, apostando alto na coalisão.

Fato é que os dois candidatos favoritos a presidência e que decidiram o segundo turno era, Dilma Rousseff (PT) pleiteando reeleição, e Aécio Neves pelo (PSDB). Dilma foi reeleita com 51,64% dos votos - quatro pontos a menos que sua primeira vitória em 2010 -, e essa pequena diferença entre ela e outro candidato (apenas 3,28%)⁶¹, possivelmente foi a brecha que Aécio Neves carecia para questionar as validades das urnas, e foi o que fez. A mídia hegemônica que majoritariamente apoiavam a candidatura do tucano faziam eco as suas conspirações, como é possível observar no jornal da Globo (2014):

Na solicitação apresentada pelo coordenador jurídico da campanha do candidato derrotado Aécio Neves, deputado federal Carlos Sampaio (PSDB-SP), o partido sugere a criação de uma comissão com representantes do tribunal e de partidos para verificar o sistema que apura e faz a contagem dos votos. [...] Na petição, o PSDB cita denúncias e desconfianças na internet e nas redes sociais, argumenta que a sociedade está questionando a veracidade do resultado das eleições e diz que a auditoria é necessária para garantir a “confiança do povo brasileiro no processo eleitoral”.⁶²

⁶⁰ AMARAL, Marina. Jabuti não sobe em árvore: como o MBL se tornou líder das manifestações pelo impeachment. *In*: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (org.). **Por que gritamos golpe?**: para entender o impeachment e a crise política no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo. p. 49-54, 2016. p. 49.

⁶¹ Para acessar todas as estáticas do processo eleitoral de 2014 veja em: **SIG eleição - resultados**. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/seai/r/sig-eleicao-resultados/home?p0_ano=2014>. Acesso em: 25 set. 2023.

⁶² PSDB pede ao TSE auditoria para verificar 'lisura' da eleição: Objetivo, segundo partido, é evitar 'sentimento' de que houve fraude. Proposta prevê criação de comissão com membros do TSE e dos partidos. **Globo**, [S. l.], 30 out. 2014. Política. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2014/10/psdb-pede-ao-tse-auditoria-para-verificar-lisura-da-eleicao.html>>. Acesso em: 2 out. 2023.

O Tribunal Superior Eleitoral realizou investigações necessárias e não foi detectado qualquer tipo de infração ao processo eleitoral⁶³. Mesmo assim Aécio como um péssimo perdedor continuava a barulhar nas redes sociais, e encontrava apoio em outros sujeitos que teriam aderido ao discurso do antipetismo e do “fora todos”. Importante ressaltar que esse esgotamento da coesão social ou governabilidade que o Partido do Trabalhadores detinha, não se deu unicamente pelo desgaste da relação entre lideranças e partidos políticos, mas sim pelo próprio conflito de classes. Essa percepção foi desenvolvida pelo sociólogo Armando Boito Jr (2016), que utiliza da perspectiva marxista para desenvolver uma análise sobre a crise democrática como produto do conflito de classes:

O que temos aqui é um conflito distributivo, pela apropriação da riqueza, e ele envolve diversas classes e frações. Os conflitos são, portanto, variados e complexos, não excluem o surgimento de alianças, configurando sucessivas mutações no quadro político, e são justamente essa variedade, complexidade dos enfrentamentos que observamos no conjunto do processo. Os conflitos entre partidos e mesmo os conflitos no interior do estado, embora possuam suas especificidades, devem ser reportados aos conflitos de classes. Delegados da Polícia Federal e procuradores e juizes da Lava jato agem, na luta contra o Executivo Federal, como burocratas do Estado e como agentes da alta classe média. (Boito JR, 2016, p. 25-26)

Nitidamente o golpe de Estado em curso no Brasil, era uma resposta à dois movimentos vitoriosos das classes populares frente ao avanço neoliberal: primeiramente a constituição de 1988, que legalmente reconheceu a expansão dos direitos sociais e subjetivos: direito universal à educação básica, renda, assistência social, saúde, a previdência social, reconhecimento dos territórios e cultura relacionada aos povos originários entre outros. E conjuntamente procurava combater a vitória ainda que parcial, que os movimentos sociais, sindicatos, organizações estudantis, pôr fim a classe trabalhadora, conquistou nas eleições democráticas do ano de 2002 com a vitória do ex-operário Luiz Inácio Lula da Silva.

O autor também explica que o conflito de classe nem sempre é apresentado como confronto, muitas vezes uma adversidade de determinada classe, é transvestido como um transtorno universal, discursivamente se usa muito as frases; “uma questão social”, ou “um problema que diz a respeito a todos”. A exemplo: os baixos juros para grandes empresas e a desvalorização da mão de obra nacional, geralmente é apresentado como uma medida necessária para garantia de investimento internacional no país e geração de emprego para a população, e não como um ato de favorecimento à burguesia internacional. No Brasil, os grupos

⁶³ PLENÁRIO do TSE: PSDB não encontra fraude nas Eleições 2014. **Tribunal Superior Eleitoral**, [S. l.], 5 nov. 2015. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2015/Novembro/plenario-do-tse-psdb-nao-encontra-fraude-nas-eleicoes-2014>>. Acesso em: 2 out. 2023

interessados no desgaste político da presidenta Dilma Rousseff, se manifestavam em defesa do cidadão que tinha todos seus recursos e direitos obstruídos pela corrupção daqueles que integravam o Estado.

Elemento fundamental no desgaste dos governos petistas foi a Operação Lava Jato, uma operação empreendida pela Polícia Federal (PF), Ministério Público Federal (MPF), e Receita Federal (RF), em relação a estatal Petrobrás, entre dirigentes e políticos sobre possíveis atos de corrupção, lavagem de dinheiro, superfaturamento e entre outros. Segundo Deltan Dallagnol (2017), procurador que coordenava o projeto pelo Ministério Público, a operação era sustentada em quatro pilares: cooperação nacional e internacional, acordos de colaboração - delação premiada -, o progresso por etapas ou fases, e por fim estratégia e tática articulada com a comunicação social.

Alguns agentes da operação ganharam amplo destaque nacional, como: o ex-juiz federal e atual senador Sérgio Moro⁶⁴, o ex procurador e ex-deputado Deltan Dallagnol⁶⁵, e o ex-agente da Polícia Federal, Newton Ishii⁶⁶ conhecido popularmente como "Japonês da Federal". Embora os integrantes e divulgadores da operação, ostentavam do traje antissistema, e combate a corrupção estrutural do país, ficou claro que o verdadeiro objetivo era perseguição e aniquilamento dos Partido dos Trabalhadores e suas principais lideranças. No artigo "Prosopografia familiar da operação "Lava- Jato" e do ministério Temer" (2017)⁶⁷, os autores debatem justamente essa coligação entre aquele que protagonizaram o golpe de Estado, como famílias historicamente oligárquicas, relacionadas ao poder político e econômico do país.

A mídia hegemônica contribuiu ativamente para mistificação desses sujeitos, e demonização daqueles que se opunham. Foi produzido até filme em glorificação a operação

⁶⁴ Sérgio Moro renunciou à magistratura para aceitar o convite do ex-presidente Jair Bolsonaro para assumir o cargo de Ministério da Justiça e Segurança Pública, todavia pediu demissão em abril de 2020. Atualmente é senador do Paraná eleito as eleições de 2022, mas tem sido constantemente alvo de investigação. Em 2022 Moro foi alvo de busca e apreensão por irregularidades em material de campanha, já 2023 o carregador nacional de justiça, o ministro Luis Felipe Salamão instaurou uma queixa disciplinar contra o ex-juiz, suspeito de atuação político-partidária" e de ter repassado R\$ 2 bilhões à Petrobras no âmbito de acordos de leniência firmados pelas empresas investigadas. Uma das punições possíveis para o senador é perda de mandato.

⁶⁵ Dallagnol, foi candidato a deputado federal pelo Paraná em 2022, todavia seu tempo de posse foi breve (fevereiro e junho de 2023) uma vez que foi condenado à perda de mandato, por fraude à Lei da Ficha Limpa.

⁶⁶ Newton Ishii ficou reconhecido por aparecer constantemente ao lado dos presos mais "notáveis" da Operação, todavia, o mesmo foi condenado por facilitação e contrabando pela fronteira brasileira, além de exonerado ele foi multado no valor de duzentos mil reais.

⁶⁷ OLIVEIRA, Ricardo Costa de; MONTEIRO, José Marciano; GOULART, Mônica Helena Harrich Silva; VANALI, Ana Crhistina. PROSOPOGRAFIA FAMILIAR DA OPERAÇÃO "LAVA-JATO" E DO MINISTÉRIO TEMER. **REVISTA NEP-UFPR (Núcleo de Estudos Paranaenses)**, Curitiba, n. 3, p. 1-28, agosto 2017. DOI <http://dx.doi.org/10.5380/nep.v3i3>. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/nep/article/view/55093/33455>>. Acesso em: 19 out. 2023.

Lava Jato, o filme “Polícia Federal: a lei é para todos”⁶⁸, narra a história da operação Lava Jato desde quando ainda era uma investigação de doleiros e tráfico de drogas até o dia em que foram divulgados os diálogos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva com a então presidenta Dilma Roussef. Uma questão interessante é que foi declarado que o filme custou 16 milhões de reais, mas que não foram usados financiamento de políticas de incentivo, toda verba viria de “doadores anônimos”. Ainda mais preocupante era a frequente presença de Moro e Dallagnol nas pré-estreias, ou agentes federais que iam fardados as sessões e faziam sessão de fotos e autógrafos, como quem desfila no tapete vermelho.⁶⁹

Protagonista dessa articulação de mobilização da população em defesa de interesses da classe dominante, a imprensa hegemônica, que nessa pesquisa é proposta que ela seja colocada nesse local de agência enquanto força social, como a autora Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto (2007) argumentam em sua produção:

Convém lembrar que não adianta simplesmente apontar que a imprensa e as mídias “têm uma opinião”, mas que em sua atuação delimitam espaços, demarcam temas, mobilizam opiniões, constituem adesões e consenso. Mas ainda, trata-se também de entender que em diferentes conjunturas a imprensa não só assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais, mas muito frequentemente é ela mesma, espaço privilegiado da articulação desses projetos. E que, como força social que atua na produção de hegemonia, a todo tempo, articula uma compreensão da temporalidade, propõe diagnósticos do presente e afirma memórias de sujeitos, de eventos e de projetos, com as quais pretende articula as relações presente/passado e perspectiva de futuro. (Cruz; Peixoto, 2007, p. 258-259.)

A imprensa brasileira não apenas reproduziu os ideários do golpe, e sim foi articuladora desse projeto golpista. De acordo com a pesquisa do jornalista Mauro Lopes (2016), famílias tradicionais que a tempos detém o monopólio midiático – Os Marinheiros (Organizações Globo); Mesquitas (Grupo Estado); Civita (Grupo Abril/ Veja); Frias (Grupo Folha); Saad (Rede Bandeirantes); Alzugaray (Editora Três/ IstoÉ) e entre outros – colaboraram ativamente no processo de derrubada da então presidenta Dilma Roussef, e alavancamento da ideologia e prática neoliberal dentro do território nacional.

O assalto a democracia era executado em formato de *Show business*, os Jornais televisionados – principalmente o Jornal Nacional (Globo) – tinham quadros dedicados a

⁶⁸ POLÍCIA FEDERAL - A LEI É PARA TODOS. Direção: Marcelo Antunez. [S. l.]: Paris Filmes, 2017. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/policia-federal-a-lei-e-para-todos/t/nzBxw7zZgS/>>. Acesso em: 1 nov. 2023.

⁶⁹ PEREIRA, Eliane. "POLÍCIA FEDERAL: A LEI É PARA TODOS". UMA FICÇÃO QUE CIMENTA A REALIDADE. **Brasil de Fato**, [S. l.], 2 set. 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/especiais/policia-federal-a-lei-e-para-todos-uma-ficcao-que-cimenta-a-realidade>>. Acesso em: 5 nov. 2023.

acompanhar a operação Lava Jato, como vazamentos inéditos, acesso a grampeamentos e depoimento de políticos “exclusivos”, e até divulgavam convocatórias para manifestações contra o governo, enalteciam aqueles que se rebelavam. Os editoriais calorosamente referenciavam matérias da época ditatorial que o país atravessou na década de 1960 e 1970: “Não é possível continuar neste caos em todos os sentidos e em todos os setores. Tanto no lado administrativo como no lado econômico e financeiro. Basta de farsa.” (Bittencourt, 1964)⁷⁰. Anunciava o jornal *Correio da Manhã* em 31 de março de 1964, às vésperas do golpe militar, 52 anos depois em 13 de março de 2016, o editorial do *Estadão* proclamava: “Chegou a hora de os brasileiros de bem, exaustos diante de uma presidente que não honra o cargo que ocupa e que hoje é o principal entrave para a recuperação nacional, dizerem em uma só voz, em alto e bom som: basta!” (Estadão, 2016)⁷¹.

Apesar de todo esforço empreendido pelos empresários e a mídia hegemônica, uma parcela significativa da população brasileira, foi às ruas para defender o governo Dilma e denunciar a tentativa de golpe. Em 2015 as organizações e movimentos sociais, contabilizaram em seus maiores atos a presença de 300 mil manifestantes, em 2016 essas mobilizações chegaram a 55 cidades e o distrito federal e somavam um total de 1,3 milhões de pessoas. Os atos foram organizados pela Frente Brasil Popular (FBP), composta por mais de 60 entidades como partidos: PCdoB, PT, Consulta Popular; Movimentos Sociais: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Marcha Mundial das Mulheres, Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), Levante Popular da Juventude (LPJ); Centrais sindicais: Central Única dos Trabalhadores (CUT); Sindicatos: Federação Única dos Petroleiros (FUP), Sindicato União dos trabalhadores em Educação (Sindiute), entre outros.

Infelizmente, em dezembro de 2015, o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB), acolheu o pedido de impeachment, cuja acusação principal de baseava em uma denúncia a ilegalidade cometida na edição de decretos relativos a créditos suplementares. Ou seja, feriam a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), pois não haviam sido editados com a devida definição da meta fiscal e a aprovação do Congresso Nacional. Em 17 de abril de 2016, a Câmara dos Deputados contabilizou 367 votos a favor do processo de impeachment. Possivelmente um dos momentos

⁷⁰ BITTENCOURT, Edmundo; BITTENCOURT, Paulo. Basta! *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 31 mar. 1964. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/imagens/dossies/nav_jgoulart/fotos/Modulo6/bn02.jpg>. Acesso em: 1 nov. 2023

⁷¹ ESTADÃO. Chegou a hora de dizer: basta! *Estadão*, [S. l.], 13 mar. 2016. Opinião. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/opiniao/chegou-a-hora-de-dizer-basta/>>. Acesso em: 1 nov. 2023.

marcantes dessa votação era justificativa que os deputados anunciavam ao votar: “pela minha família”, “pelos evangélicos e por Deus”, “por minha esposa e filhos”, “pela nação e pelo povo brasileiro”, “por Deus e pela família” e finalmente o mais polêmico de todos anunciado por Jair Messias Bolsonaro⁷² (2016):

Nesse dia de glória para o povo brasileiro, tem um nome que entrará para a história nessa data pela forma como conduziu os trabalhos dessa Casa. Parabéns, presidente Eduardo Cunha. Perderam em 64, perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve. Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff. Pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, o meu voto é sim!⁷³

De acordo com Renan Quinalha (2016), os discursos estavam abraçados com a defesa do “cidadão de bem”, o valor da “família tradicional”, da ordem e do autoritarismo, o nacionalismo forçado, e pôr fim a moral conservadora. A última, embora muitas vezes tenha deixado de ser relevada em algumas análises, por ser considerada uma pauta identitária, foi uma das principais características tanto do golpe de estado, como dos próximos governo posteriores. O governo Temer aniquilou os Ministérios: Igualdade Racial e Direitos Humano, e o das Mulheres. Além de que a nomeação do primeiro escalão foi restrita a escolha de homens brancos. Logo o golpe se apresentava em três facetas: corrupção – praticamente todos os agentes que articularam o ato, foram denunciados e condenados -, neoliberalismo – reforma trabalhista, PEC do teto de gastos, reforma do Ensino Médio, reforma da previdência, entre demais ações -, e conservadorismo, que nas próprias palavras do autor

A terceira dimensão, no entanto, mais subterrânea e de alcance ainda imprevisível, talvez seja a mais perversa por sua invisibilidade e por afetar segmentos sociais desamparados de um estatuto legal de proteção em nossas democracias: trata-se da agenda moral desse golpe tramando e executado por homens brancos, heterossexuais e cisgêneros. (Quinalha, p.132, 2016)

Retomando o processo de impeachment, lembra-se que o pedido então seguiu para a câmara do Senado, que em 12 de maio, com 55 votos favoráveis foi instaurada a abertura do processo

⁷² Jair Messias Bolsonaro, é um ex-militar – com a proeza de se envolver em constantes polêmicas dentro das Forças Armadas, sendo a principal delas, o envolvimento com um atentado de bombas de implosão do próprio quartel -, que ingressou na política. Desde o princípio se identificava como um sujeito ligado ao espectro político da extrema direita e do conservadorismo. Debutou como vereador do Rio de Janeiro em 1988, dois anos depois, foi eleito deputado federal e emplacou sete mandatos dentro na Câmara do Deputados. Em 2018, concorreu à presidência da república e venceu o então opositor Fernando Haddad, mas seu governo e lamentavelmente lembrado como um momento marcado pelas contradições, obscuridade, autoritarismo, e abandono do povo brasileiro. Por essas razões foi o primeiro presidente da república a não conseguir se reeleger.

⁷³ Discurso do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, enquanto ainda deputado na votação de abertura do processo de impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff. Veja a gravação do discurso em: BOLSONARO exalta Ustra na votação do impeachment em 2016. Youtube: Estadão, 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xiAZn7bUC8A>>. Acesso em: 7 nov. 2023.

contra a presidenta Dilma Rousseff. Ela foi então afastada temporariamente, e seu vice Michel Temer assumiu o cargo de presidente enquanto interino, simultaneamente o senado tocava o processo através de uma Comissão Especial de Impeachment. Por fim entre os dias 29 e 31 de agosto de 2016, após escutarem a defesa de Dilma Rousseff e seu último depoimento, os senadores julgaram a favor da queda do mandato da presidenta.

No Brasil os representantes do capital eram formados principalmente pela ala golpista da classe política, na época consagrada pela tomada do governo, e o empresariado que apostou fortemente nesse terceiro setor, além das organizações internacionais que tinha diretrizes postas para a periferia do capitalismo, no Brasil teve destaque os grupos “Todos Pela Educação”, e o “Movimento pela Base”. Fato é que desde 2013 o debate sobre a reformulação do Ensino Médio já estava sendo cooptada pela classe dominante e seus interesses. Para realizar a discussão proposta, esse capítulo utiliza de duas bibliografias principais: a de Luiz Carlos de Freitas (Freitas, 2018), e o dociê produzido pela revista Educação & Sociedade nº139, cujo tema é: *Ensino Médio: Antigas e Novas Polêmicas*⁷⁴. Ambas apontam para um projeto em curso cujo objetivo central é aceleração do processo de privatização das escolas públicas.

I. Ensino Médio Brasileiro é a nova Jabuticaba?: Debate público, resistência e homologação da MP nº 746.

Conquistado o Ensino Superior, a próxima etapa a se conquistar naturalmente é o Ensino Médio. Esse projeto começa desponta com o Partido dos Trabalhadores e a implementação do debate sobre a possibilidade de uma Reforma do Ensino Médio. Em 2013 o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) propões uma reformulação do Ensino Médio Brasileiro, através do Projeto de Lei nº 6840 de 2013⁷⁵, visando principalmente a integração da jornada integral, a divisão do currículo em áreas de conhecimento, e a possibilidade de uma base curricular universal para todo o país. Embora essa proposta de lei tenha se proposto minimamente a expandir o debate para a participação da sociedade civil, a comunidade escolar se ressentiu ao não ser incluída na

⁷⁴ Centro de Estudos Educação e Sociedade. Ensino Médio: Antigas e Novas Polêmicas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.38, nº. 139, abr. – jun. 2017.

⁷⁵ CÂMARA DOS DEPUTADOS - COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROMOVER ESTUDOS E PROPOSIÇÕES PARA A REFORMULAÇÃO DO ENSINO MÉDIO. **Projeto de Lei nº 6840, de 27 de novembro de 2013**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir a jornada em tempo integral no ensino médio, dispor sobre a organização dos currículos do ensino médio em áreas do conhecimento e dá outras providências. [S. l.], 27 nov. 2013. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=602570>>. Acesso em: 23 fev. 2024.

elaboração do projeto e já se denunciava a elevada participação de grupos empresariais, com destaque ao Todos Pela Educação -, o grupo se define como:

Somos uma organização da sociedade civil com um único objetivo: mudar para valer a qualidade da Educação Básica no Brasil. Sem fins lucrativos, não governamental e sem ligação com partidos políticos, somos financiados por recursos privados, não recebendo nenhum tipo de verba pública. Isso nos garante a independência necessária para desafiar o que precisa ser desafiado, mudar o que precisa ser mudado. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2023)⁷⁶

Entre as empresas que financiam entre as principais do grupo estão: iFood; Banco Itaú; Fundação Roberto Marinho; Banco Bradesco; Vale; Natura; Vivo; Volkswagen; além de mais 27 instituições privadas parceiras. Embora o grupo se apresente como apartidário e até apolítico, seus financiadores e conseqüentemente, os organizadores das diretrizes e objetivos, são intimamente relacionados com o espectro político neoliberal e seus representantes nos espaços de poder – partidos políticos, movimentos sociais, instituições financeiras entre outros. Não é exatamente uma novidade a atuação empresarial na educação já que historicamente eles ocupam os espaços educacionais e tentam demarcar seus interesses. No período ditatorial ganharam mais corpo e intensidade⁷⁷, mas foi na década de 1990 que ganharam legitimidade política com a abertura do Estado a ideologia e prática neoliberal.

Além dos espaços da sociedade civil no debate da formulação de legislatura esta maioritariamente ocupados por empresários. Os motivos pelo qual justificavam a necessidade um novo Ensino Médio também deve ser refletidos, uma vez que são basicamente os mesmos argumentos que sustentam o modelo implementado posteriormente por Temer. A justificativa apresentada neste contexto e depois reforçado pelo governo posterior para forçar a reforma, é que, o Ensino Médio brasileiro era o único modelo no mundo, que ainda cultivava a prática de oferecer uma única formação para todas as escolas e alunos. Desconsiderando toda diversidade humana e territorial. Além que o modelo existente era muito formal, carregado, desinteressante, e pouco dinâmico e não atendia as demandas contemporânea:

O consenso foi de que o atual currículo do ensino médio é ultrapassado, extremamente carregado, com excesso de conteúdos, formal, padronizado, com muitas disciplinas obrigatórias numa dinâmica que não reconhece as diferenças individuais e geográficas dos alunos. Há que se ampliem as possibilidades formativas do ensino médio, de modo a torná-lo adequado às necessidades do jovem de hoje, atraindo-o para a escola

⁷⁶ Quem Somos? In: **Todos Pela Educação**. [S. l.], 2023. Disponível em: <<https://todospelaeducacao.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 23 fev. 2024

⁷⁷ Para saber mais sobre o legado da ditadura brasileira para educação: CUNHA, Luiz Antônio. O Legado da ditadura para a educação brasileira. **Educação e Sociedade**, [s. l.], jun 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/Tm5wH75ZnW3DLpxLbLFqcvt/?lang=pt>>. Acesso em: 23 fev. 2024.

(PL 6840, BRASIL, 2013, p. 7-8)⁷⁸

Outro argumento utilizado para impulsionar a reforma, é o baixo desempenho estudantes de escola pública, nas avaliações nacionais e internacionais – respectivamente, as principais avaliações são: Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)⁷⁹, organizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) ligado ao MEC; e Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA)⁸⁰, realizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Esses grupos e organizações, tem como interesse a implementação da lógica empresarial nas escolas, por isso insistem em uma dinâmica que considera produção, avaliação de desempenho, bonificação ou punição de acordo com a classificação.

Ambos exames priorizam avaliar o desempenho dos alunos em Língua Portuguesa – leitura e escrita -, e Matemática. E segundo esses agentes com essa classificação danosa, quem era penalizado era a economia nacional pela desqualificação da mão de obra. Outro detalhe é que há tempos o governo petista financiava e propagava os exames em larga escala, desde o: SAEB; Prova Brasil; Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); a criação do Índice de Educação Brasileira (IDEB). Mas fato é que esses recursos avaliativos ao invés de colaboram como uma análise mais completa e complexa da educação brasileira, por fim só geram deturpação. Além da óbvia contrariedade dar articulação dos argumentos uma vez que se critica um modelo universal para as escolas, que fere a diversidade regional e humana, mas, impulsiona modelos de avaliações absoluto para todo aluno brasileiro.

Ainda o projeto procurava solucionar uma questão que atravessa a modalidade do Ensino Médio no Brasil, que era a crise identitária causada por uma indefinição de qual era sua finalidade. O fato de o Ensino Médio brasileiro ser padecente de uma série de descontinuidade de políticas públicas composta de objetivo e estratégias, que hora priorizava ele como uma

⁷⁸ CÂMARA DOS DEPUTADOS - COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROMOVER ESTUDOS E PROPOSIÇÕES PARA A REFORMULAÇÃO DO ENSINO MÉDIO. **Projeto de Lei nº 6840, de 27 de novembro de 2013**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir a jornada em tempo integral no ensino médio, dispor sobre a organização dos currículos do ensino médio em áreas do conhecimento e dá outras providências. [S. l.], 27 nov. 2013. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=602570>>. Acesso em: 23 fev. 2024.

⁷⁹ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep): Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). In: **Gov.br**. [S. l.], 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb>>. Acesso em: 1 mar. 2024.

⁸⁰ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep): Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa). In: **Gov.br**. [S. l.], 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/pisa>>. Acesso em: 1 mar. 2024.

etapa preparatória para academia, hora como uma pré-organização para o mercado de trabalho, mas nunca com o fim e si mesmo. Todavia a PL nº 6480, direcionava uma identidade voltada para uma preparação para o mercado de trabalho, que deveria ser atento as novas tecnologias, dinâmico e flexível.

Mas devido o aumento de manifestações em 2014 pelo impeachment da então presidenta Dilma, e a instabilidade política que prosseguiu durante o ano e o seu posterior, esfriou a discussão sobre a possibilidade de reforma, e por fim o projeto foi arquivado. Todavia tal como uma caixa pandora aberta, o discurso neoliberal que já assombrava o projeto de 2013, ganharia mais força e autoridade após golpe. Temer consumaria em um ato arbitrário um novo projeto de Ensino Médio, mais aberto a influência ao setor privado, em oposição mais restrito a participação da sociedade civil e da comunidade escolar na elaboração e prática do novo projeto.

Como relatado anteriormente neste trabalho, é explícito as pautas e urgências da ala golpista, uma vez que em menos de oito meses de mandato do então presidente Temer, foi instaurado as principais políticas de retaliação aos direitos sociais. A reforma do Ensino Médio, imposto apenas 22 dias depois da posse definitiva do novo presidente pela MP nº 746/2016; a PEC nº 241/55 – conhecida como PEC do teto de gastos - aprovada em dezembro de 2016; e a reforma trabalhista Lei nº 13.467/ 2017, em tramitação desde dezembro de 2016 e homologada em abril de 2017. Todavia, é intrigante como a reforma do Ensino Médio anteceda todas essas, e seja a única posta pelo ato da Medida Provisória⁸¹, sem qualquer espaço para se debater com a sociedade civil e até a mesmo com o corpo político institucional.

De acordo com Celso João Ferrreti e Monica Ribeiro da Silva (Ferrreti; Silva; 2017, p.387), nesse contexto era notável e polêmico na MP essas principais questões: a possibilidade do exercício da docência por aqueles que não necessariamente eram formados na área, mas detinham “notório saber”; a extensão da carga horária; a inclusão de itinerários formativos; a redução de número de aulas de determinadas disciplinas – História, Geografia, Biologia, Química, Física – e o fim da obrigatoriedade de oferta das disciplinas: Educação Física, Artes, Filosofia e Sociologia. Logo o conteúdo do Ensino Médio seria dividido em: 60% para disciplinas comuns, escolhidas e orientadas pela BNCC, e 40% para disciplinas de aprofundamento em

⁸¹ As Medidas Provisórias são normas com força de lei editadas pelo Presidente da República em situações de relevância e urgência. Apesar de produzir efeitos jurídicos imediatos, a MP precisa da posterior apreciação pelas Casas do Congresso Nacional - Câmara e Senado - para se converter definitivamente em lei ordinária.

uma área de interesse, entre as opções Linguagens, Matemática, Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Ensino Profissional. E por fim, talvez a principal intenção do governo Temer, mas tão oculta quanto perversa, era a total reestruturação curricular e privatização da modalidade de ensino.

Os argumentos apresentados para a necessidade de uma reformulação são articulados, com aquelas justificativas mobilizadas pela primeira proposta de 2013. Ainda citando a pesquisa de Ferreti e Silva (2017, p.394), a defesa do projeto sustentava quatro motivos principais para reforma: 1) o baixo rendimento dos estudantes em Matemática e Língua Portuguesa baseado no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB); 2) uma estrutura curricular para todos os alunos, sobrecarregada com o número excessivo de 13 disciplinas, o que colabora para o desinteresse e baixo desempenho do estudante; 3) a flexibilização e diversificação curricular como uma necessidade, em alinhamento à modelos de outros países que tem um desempenho melhor no PISA; e o pequeno número de alunos – em torno de 17% - que adentravam ao ensino superior, tornando justificável a oferta da formação técnica e profissional.

Novamente os pesquisadores relatam que na audiência pública realizada em novembro de 2016 – dois meses depois de baixar a MP - contava com a presença de 18 representantes do setor privado e aliados do governo a favor da reforma – inclusive o grupo Todos pela Educação -, e 17 representantes de movimentos sociais, entidade entre outros contra a MP. Embora houvesse um número expressivo de demais pessoa críticas a reforma presente na audiência, elas não foram ouvidas. Nos argumentos articulados pelo setor privado se destacava a ideia de que o Brasil, era o único país no mundo a oferecer um modelo de ensino sobrecarregado, tedioso, sem diversificação, que nas palavras da secretaria executiva do MEC na época, Maria Helene Guimarães de Castro, era chamado de “Ensino Médio Jabuticaba”, pois era alheio e excêntrico ao resto dos modelos globais, só existia aqui. Logo era necessário se alinha as estratégias internacionais. Essa justificativa inclusive aparece no texto da MP:

18. Um novo modelo de ensino médio oferecerá, além das opções de aprofundamento nas áreas do conhecimento, cursos de qualificação, estágio e ensino técnico profissional de acordo com as disponibilidades de cada sistema de ensino, o que alinha as premissas da presente proposta às recomendações do Banco Mundial e do Fundo das Nações Unidas para Infância – Unicef; apoiada nos quatros pilares de Jacques Delors: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser, buscando uma formação ampla do jovem, tanto nos aspectos cognitivos quanto nos aspectos socioemocionais, que é fundamental para tornar a escola atrativa e significativa, reduzindo as taxas de abandono e aumentando os resultados de

proficiência (MP 746, BRASIL, 2016)⁸²

No entanto esse argumento pode ser facilmente rebatido, pois para além da distopia de se fantasiar a possibilidade um sistema educacional universal e global, já existe pesquisas que apontam outros sistemas educacionais, que projeta uma proposta de educação pública articulando eficiência e o princípio da igualdade social. Resguardado financeiramente por um Estado atuante, propondo uma formação curricular que garanta uma formação comum aos estudantes evitando qualquer tipo de segregação. Tão longe de ser o ideal de qualquer educador popular, e ainda refém do contexto histórico do sistema de produção capitalista, esse tipo de políticas educacionais de alguma forma equilibram melhor a questão da justiça social e produtividade.

Vale citar o trabalho de Carmen Sylvia Vidigal Moraes avaliações (2017), cuja pesquisa se dedicou a comparar os modelos educacionais do Brasil, Inglaterra e Finlândia. O país inglês como referência da proposta neoliberal, demonizando os gastos “excessivos” do Estado com assistencialismo em contrapartida da valorização da gestão empresarial, instituiu um modelo educacional que aniquila o fundamento da educação como um princípio de igualdade de direito de acesso e comum para todos, para a ideia de que educação é apenas uma ferramenta/serviço a ser utilizado na concorrência econômica. Uma idealização fundamentada na Teoria do Capital Humano, com os objetivos da educação traçados de acordo com a demanda econômica do indivíduo ou do seu coletivo, gerida por parâmetros de “controle de qualidade” e “gestão de competências”, e o sujeito desaparecendo enquanto um sujeito de direitos para um usuário de serviços.

Por outro lado, a Finlândia, cujo país historicamente defende a atuação do Estado em prol do bem-estar-social, garante para escola recursos e infraestrutura necessária para: assegurar moradia, alimentação, transporte, atendimento médico e psicológico para os alunos; continuidade e prestígio para formação docente; formação comum a todos os alunos até os 16 anos; entre outras medidas. E desde 2001 é destaque nas avaliações do PISA, reconhecido enquanto um modelo de alto desempenho educacional e pelo baixo nível de desigualdade entre as escolas. Podendo observar inclusive, o baixo número de estudantes que frequentam o ensino privado no país – em 2005 apenas 1% dos estudantes do ensino fundamental, 4% do secundário

⁸² LEGISLAÇÃO Informatizada - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 746, DE 22 DE SETEMBRO DE 2016: Exposição de Motivos. In: **Portal da Câmara dos Deputados**. Brasília, 15 set. 2016. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2016/medidaprovisoria-746-22-setembro-2016-783654-exposicaodemotivos-151127-pe.html>>. Acesso em: 1 fev. 2024.

inferior e 10% do ensino secundário superior. Logo como a autora precisamente conclui:

Uma ambiguidade inicial e recorrente pode ser observada no discurso justificador da atual reforma do ensino médio: apesar de pretensamente homogeneizar a organização dos sistemas educativos, deslocando-os da história e da cultura dos respectivos países, de sua realidade econômica, política e social, em consequência, ignorando as formas de relacionamento das forças sociais que lhe são constitutivas, realiza escolhas entre esses sistemas e elege um deles como o modelo funcional e adequado para o Brasil. (Moraes, 2017, p. 419)

Alem de que afirmar que o modelo de divisão curricular em áreas, com uma fragmentação maior da formação do aluno é a única possibilidade de êxito, é no mínimo tendenciosa e imprecisa. Pois a pesquisa de Moraes comprova que é uma possibilidade uma formação comum prolongada. A fragmentação e implementação dos itinerários formativos na reforma do Ensino Médio tem outras intensões como: a participação de empresas na execução dos itinerários, decidindo como para que os estudantes devem se formar. Nos estados de São Paulo e Sergipe já existe parcerias de itinerários formativos com o Instituto Reúna – grupo composto por: Fundação Lemman; Movimento Pela Base; Instituto Unibanco; e Banco Itaú – e a empresa iFood⁸³. Além de abrir espaço para as empresas nas escolas, o Estado também se desresponsabiliza de sua obrigatoriedade de oferecer a profissionalização para os cidadãos.

Mais uma questão que gerava desconforto aos educadores era a centralidade do projeto de MP em torno da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), na época ainda em construção, ou seja, o projeto se fundamentava em um documento se quer finalizado. A formulação de uma base curricular comum é algo previsto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)⁸⁴, no entanto ela começou a ser produzida ainda em 2014 no governo Dilma. Evidentemente sua formulação tenderia a ser tão disputada quanto o próprio contexto a qual estava inserida, inclusive tencionada pelos mesmo grupo. Como Guilherme Bernardo Vitoretti destaca (2022):

Sabe-se que o campo do conhecimento é um espaço político, em constante disputa, assim como o currículo. Ao analisarmos a teoria crítica curricular chegamos à ideia de que o currículo deve ser entendido como produto de seu tempo, fruto de seu contexto histórico. O currículo não é neutro e expressa os interesses e as ideologias dos grupos que o formulam - sobretudo das classes dominantes, refletindo no trabalho docente e, conseqüentemente, na formação dos educandos. (Vitoretti, 2022. p. 12)

⁸³ iFood investe em itinerário formativo de escolas de SP e SE: Em parceria com Instituto Reúna, empresa apoia revisão de currículo paulista e cria trilha para escolas sergipanas que foca no uso da tecnologia. *In: iFood*. [S. l.], 13 fev. 2023. Disponível em: <<https://institucional.ifood.com.br/noticias/ifood-investe-em-itinerario-formativo/>>. Acesso em: 17 mar. 2024.

⁸⁴ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 9694, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. [S. l.], 20 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 12 mar. 2024.

De acordo com o trabalho da Elizabeth Macedo (2017), o processo de construção da BNCC era uma clara expressão de seu contexto político, tencionada por dois principais grupos: os neoliberais e conservadores, que desde 2013 já tencionavam o modelo de Ensino Médio voltado para o mercado de trabalho, e 2015 impulsionaram o Movimento Escola Sem Partido; em oposição, o grupo que pautava mais igualdade social e a ênfase da educação como uma ferramenta para garantia de oportunidade iguais ao povo brasileiro, como um direito, e consequentemente, obrigação do Estado.

Por óbvio, esse grupo pouco tem a conciliar, uma vez que o primeiro pauta a aniquilação do segundo, já que as prescrições neoliberal e conservadora é se opor ao debate sobre justiça social, equidade de oportunidades, discriminação de classe, raça, gênero e sexualidade. O primeiro tencionava de forma mais incisiva, contruindo inclusive uma mobilização nacional denominado “Movimento Pela Base”⁸⁵, cujo grupo se define como: “Uma rede não governamental e apartidária de pessoas e instituições que, desde 2013, se dedica a apoiar e monitorar a construção e a implementação de qualidade da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e do Novo Ensino Médio”, e os grupos participantes são: Vivo, Natura, Instituto Unibanco, Banco Itaú, Fundação Roberto Marinho, e entre outros.

Diversas pesquisas e entidades do setor da educação, denunciaram que a participação popular foi sufocada pela atuação empresarial, e após três versões reeditadas, a BNCC se comprometeu em: estruturar os currículos escolar em áreas de conhecimento ao invés de disciplinas,; fomentar as avaliações de larga escala; incluir a disciplina de Ensino Religioso para o ensino fundamental; e principalmente alterar o discurso, substituindo por exemplo a pauta sobre igualdade de gênero, raça, e sexualidade para “valorização e respeito a toda diversidade humana”; entre outras diversas medidas que polemizaram em torno do documento. Assim a atual BNCC foi homologada em dezembro de 2017.

Também é importante refletir como a BNCC pode ser uma ferramenta de controle da autonomia do professor, pois o torna refém da meta de vencer todo conteúdo estabelecido pela base, uma vez que ela é obrigatória para todas as escolas, e fundamenta as avaliações nacionais. O docente inclusive, foi um dos principais sujeitos alvejados e prejudicados por esse avanço neoliberal e conservador. Desde o Movimento da Escola Sem Partido, os professores foram eleitos bode expiatórios, suspeitos dos olhares desconfiados da sociedade que passaram acusar

⁸⁵ Quem somos?. In: **Movimento Pela Base**. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://movimentopelabase.org.br/quem-somos/#quem>. Acesso em: 12 mar. 2024.

os educadores de: doutrinadores; autoritários; improdutivos; entre outras denúncias. Além do assédio, a reforma precarizou as condições de trabalho do professor, pois ela previa que qualquer um com “notório saber” devidamente comprovado, poderia lecionar. Ainda com a retirada ou diminuição do número de disciplinas, muitos ficaram sem aula suficiente, ou foram designados a outras disciplinas ou formação nos itinerários formativos.

Embora tenhamos discutido a atuação de grupos e organizações empresariais, agentes do governo, e profissionais da educação, não podemos negligenciar a participação dos estudantes. Os secundaristas organizaram um movimento nacional de combate e resistência a PEC nº 241/55 e a MP nº 746, as mobilizações tinham como estratégia a ocupação das escolas e tomada da gestão do espaço. De acordo com a pesquisa das educadora Eliza Ferreira e Mônica Silva (Ferreira; Silva, 2017, p.288) a estimativa é que mais de 1.400 escolas tenham sido ocupadas. Os estudantes tiveram apoio dos movimentos sociais e instituições ligadas a luta por educação, que desde 2015 já denunciavam a marcha neoliberal e conservadora sobre a educação pública⁸⁶.

Mas assim como em demais esferas nesse período, o campo progressista acumulou mais uma derrocada e a reforma foi aprovada pelo governo. Com dois principais objetivos: primeiro, acaba com os poucos recursos oferecido pelo Estado, conseqüentemente sucatear a infraestrutura escolar, precarizar os postos de trabalho, e depois botam toda culpa na “má gestão” pública, entregando de bandeja a educação pública para o terceiro setor esperando que tudo se resolva com administração empresarial. O pesquisador Luiz Freitas (2018) apresenta como os neoliberais idealizam a relação do Estado com a gestão pública:

Eles não pensam em reposicionar a gestão estatal, mas em eliminá-la, instaurando um mercado empreendedor na área. Seu propósito é destruir a “educação pública de gestão pública” e não apenas redefini-la – pelo menos como objetivo final. Os neoliberais querem o Estado apenas como provedor de recurso públicos, não como gestor. (Freitas, 2018, p.40)

A segunda é a implementação de uma pedagogia em prol da hegemonia do capital, que conforme os sujeitos ao sistema experienciado e o adequa a flexibilização exigida pelo mercado. Segundo a pesquisa de Acácia Zeneida Kuenzer (2017), a justificativa para mudança curricular

⁸⁶ Fizeram parte do Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), Fórum Nacional de Diretores das Faculdades de Educação (FORUMDIR), Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE), Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Ação Educativa, Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (CONIF), Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (FINEDUCA) e Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

é que o antigo modelo desconsiderava a diversidade dos alunos, era conteudista, excessivamente centralizado na figura do professor, pautado na disciplinarização e apagamento da atuação dos alunos, entre outros, em suma era um modelo hiper focado na rigidez e especialização, semelhante ao Fordismo.

Em tese, a contraproposta seria um currículo maleável, que desse protagonismo e autonomia para os alunos, que permitisse ele decidir sobre o que estudar e como estudar, onde o sujeito possa “aprender a aprender”, e seja multitarefas, pois o crucial é o sujeito desenvolver a habilidade de se adaptar, esse sistema por sua vez se aproxima do Toyotismo. Um exemplo prático desse tipo de ensino flexível é sistemas de Ensino a Distância (EaD), cuja proposta se vende pela possibilidade de adaptação dos estudos para cada indivíduo.

Ambos estão voltados para formação do sujeito para o mercado de trabalho, mas mercados de trabalhos com características diferentes. Mas o atual modelo pedagógico também tem como funcionalidade, a redução de gastos, e mercantilização da educação, pois ela “acaba” com o problema de falta de professores – coma escassez de ofertas de disciplinas e a ocupação com itinerários formativos -, e fornece a escola a possibilidade de economizar recursos ofertando formações de menos gastos, impulsionando o modelo de gestão empresarial dentro dos espaços públicos. Por isso as duas estratégias anteriormente citada, dialogam entre si e colaboram para um mesmo fim, que a privatização total da educação pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação pública na periferia do capitalismo, sempre esteve historicamente articulada com as mudanças políticas, culturais e econômicas do capitalismo mundial. Desde a década de 1990 a relação entre educação e trabalho se estreitaram ainda mais. Pois agora seguindo as diretrizes das organizações internacionais ancorada a Teoria do Capital Humano, a escola seria responsável pela formação profissional do sujeito, e conseqüentemente a educação formal se torna uma condicionalidade para alcançar o sucesso pessoal no mercado de trabalho. Ou no pior dos cenários, a ausência ou negligenciamento dos estudos resultam no fracasso também individual. Esse panorama é onde a educação tem todo seu processo de formação voltada aos interesses do mercado.

De forma geral toda a Educação Básica brasileira se compromete com a lógica de gestão empresarial, seja pela inclusão de sistema avaliativos com penalidades ou premiações para os sujeitos envolvidos; transformação da perspectiva de educação enquanto um direito social para um serviço ou mercadoria a ser consumido, entre outras medidas. Todavia a última etapa desse processo, o Ensino Médio ganha destaque, pois é o intermediário entre escola e mundo do trabalho. Esse fator provavelmente colabora para a dualidade que o Ensino Médio carrega, como aponta Acacia Zeneida Kuenzer (1997), a última tapa da Educação Básica por vez carrega dois objetivos: prepara as juventudes para vida acadêmica, revisando o conteúdo anteriormente aprendido com mais complexidade, e simultaneamente, capacitá-los para ocupar os postos de trabalho.

Entretanto a escolas públicas por via da regra – salva exceções de alguns institutos

federais -, não tem recursos suficiente – laboratórios, matérias didáticas, entre outros - para oferecer a formação acadêmica que por exemplo as escolas particulares ofertam. Nas palavras da pesquisadora: “Era bem demarcada, portanto, a trajetória educacional dos que iriam desempenhar as funções intelectuais ou instrumentais, em uma sociedade cujo desenvolvimento das forças produtivas delimitava claramente a divisão social e técnica do trabalho.” (KUENZER, 1997. p. 12). Além dos mais todo esse sistema tem como coroação a projeção dos vestibulares nacionais, que muito mais que seleciona quem passa, ele é fundamental para decidir quem não deve entrar. É fato que a inserção do Sistema de Seleção Unificada e a implementação das Lei de Cotas⁸⁷, foram avanços significativos que permitiram um maior acesso das classes populares ao Ensino Superior gratuito e de qualidade. Mas ainda não podemos falar que a modalidade de ensino é ocupada de forma igualitária.

Portanto, historicamente o Ensino Médio se relaciona com a formação da força de trabalho brasileira, por isso tem tanto peso na experiência da luta de classe, quanto na orientação da política institucional. A Reforma do Ensino Médio vem enquanto uma tentativa de se acompanhar a reformas neoliberais, que tem como pressuposto uma investida frente aos direitos historicamente conquistado pela classe trabalhadora. Logo a reformulação se afasta ainda mais da formação acadêmica, e define como único objetivo o ensino profissionalizante. No entanto, o mercado não tem – e nem deseja ter – capacidade de integrar todos os trabalhadores, afinal o capitalismo necessita de uma margem de desemprego em prol da manutenção de baixos salários e ocupação de postos de trabalhos insalubres. Além de que graças a Reforma Trabalhista executada pelo Temer, hoje o mundo do trabalho perambula para informalidade, as juventudes são a parcela população especialmente afetada como explica Yossof Viana Alves (2020, p.127):

Nesse sentido, a juventude experimenta as consequências dessa dinâmica, de forma mais acentuada, pois é: a) a primeira a perder o emprego, por causa do baixo custo de sua demissão; b) por ter pouca ou nenhuma experiência, tem maior dificuldade de encontrar novas vagas; c) muitos dos jovens empregados assumem posição inferior à qualificação profissional a que teve acesso; d) a maioria dos graduados não exerce ocupação correspondente à área de formação educacional; e) os certificados escolares são passaportes necessários, mas não garantem o ingresso no mundo do trabalho.

Desde as Jornadas de Julho de 2013, as juventudes já apresentavam esgotamento com a política institucional, e apontavam um desgaste do desenvolvimentismo que teria batido no teto

⁸⁷ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. [S. l.], 29 ago. 2012. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12711.htm>. Acesso em: 1 abr. 2024.

de possibilidades a serem ofertadas para classe trabalhadora. Embora eles tenham cursado todo ensino formal, e muitos se especializados através do ensino profissionalizante ou uma graduação, ainda dava de cara com o desemprego e postos de trabalhos que não correspondem as expectativas formuladas pela promessa da ascensão através da educação. Embora as mobilizações dessa época foram capturadas por um discurso “apolítico”, e exista um esforço descomunal em impor para os jovens brasileiros a perspectiva do indivíduo em eterno estado de competitividade e adaptação dentro do mercado de trabalho, desde 2013 as juventudes se apresentam como um dos principais grupos de resistências as reformas neoliberais.

Foi o grupo responsável pela mobilização e agitação dos atos de 2013 através das redes sociais. Protagonizaram a luta contra a PEC de Teto de Gastos e o projeto da Reforma do Ensino Médio em 2016 onde ocuparam mais de 1.400 escolas em todo território nacional, e implementaram um modelo de autogestão que expressavam qual projeto de educação que desejavam, e a proposta incluía: maior participação dos estudantes nas decisão em relação ao espaço escolar; debater temas sensíveis a juventude como: mundo do trabalho, educação sexual, renda, direito á cidade, entre outros; disponibilização de recurso para alimentação, material, estrutura física do espaço; melhores condições de carreira para professores e entre outras demandas. Também foram, conjuntamente com as mulheres, o grupo responsável pelas maiores mobilizações contra o governo Bolsonaro e o desmanche de direitos historicamente conquistado. Mobilização os atos em defesa da universidade e da educação pública, e posteriormente a reivindicação de vacinação em massa contra a pandemia.

Agora com a Reforma do Ensino Médio e os discursos proferidos pelo governo projetista, mostra que o que se espera das juventudes, é que elas incorporem o pensamento neoliberal pautado nos discursos: da flexibilização e necessidade de adaptação aos meios, da superação de si pela produtividade excessiva, do eterno fazer e se refazer, e o empreendedorismo como alternativa as “adversidades” do mundo do trabalho. No próprio portal digital da Secretaria de Educação do estado de Minas Gerais, é possível encontrar notícias celebrando o espaço de formação voltado a esse tipo de concepção:

Já pensou em ter uma das aulas mais inspiradoras da vida? Este é o objetivo da quarta edição do “Crie o Impossível” da ONG Embaixadores da Educação. Alunos do ensino médio de escolas públicas de todo o Brasil poderá se inscrever para assistir gratuitamente ao evento, que será transmitido online diretamente do estádio Beira-Rio, em Porto Alegre. Será uma aula aberta com 11 palestrantes considerados jovens

de sucesso, para despertar os alunos por meio do empreendedorismo. (SEMG, 2022)⁸⁸

Não é exceção o estado de Minas Gerais, no Paraná também é possível observar não só ensino e aprendizado voltado para o mercado de trabalho como a participação de empresas privadas. É o caso do “Programa Educação para o Futuro”, cujos objetivos específicos são: a) aumentar a cobertura do Ensino Técnico Profissional (ETP) de nível médio; b) melhorar a qualidade dos serviços de facilitação da transição da educação básica para o Ensino Superior ou para o mercado de trabalho. E a participação é apresentada da seguinte forma:

O Programa, que será financiado parcialmente com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), visa preparar os estudantes do ensino médio da rede pública estadual do Paraná para a sociedade e o mundo do trabalho do século XXI, mediante a reforma curricular do ensino médio, o uso de tecnologias educacionais e a qualificação e expansão da educação profissional de nível médio, contribuindo com o desenvolvimento econômico e social do Estado. (SEPR, 2023)⁸⁹

Portanto o que podemos observar em todo território nacional não é apenas um movimento de flexibilização curricular e a formação voltada para o mercado de trabalho, mas também uma mobilização em que o Estado é desresponsabilizado de seus deveres, inclusive de oferecer um ensino profissional de qualidade e gratuito, pois terceirizar suas funções ao setor privado. Hoje o terceiro setor tem acesso livre a possivelmente o espaço de formação mais privilegiado da sociedade moderna que é a escola. Seja por sua presença na formulação de projetos de lei, ou na construção de documentos piloto como a BNCC, também sendo possível observar sua presença física com fornecimento de recursos a escola, ou mentorias em espaços de formação.

Alguns personagens políticos da ala mais progressista tentam se apresentar enquanto moderados, defendendo uma conciliação de interesse entre a educação pública de qualidade e o setor empresarial. No entanto eles são historicamente antagonistas, pois a primeira tem como objetivo uma formação íntegra do ser humano, considerando e dever de fornecer uma formação social, cultural, econômica, política, e capaz de questionar o próprio sistema produtivo experienciado. Enquanto a segunda tem como premissa a construção do sujeito centralizada em torno das demandas da econômica, e que o conforme a realidade material vivenciada. Não existe “meia privatização”, pois os interesses públicos e privado são contraditórios.

⁸⁸ NOTÍCIAS: “Crie o Impossível” convida estudantes de escolas públicas para uma aula aberta com palestras inspiradoras sobre empreendedorismo. *In: Secretaria de Educação do estado de Minas Gerais*. [S. l.], 27 maio 2022. Disponível em: <<https://www.educacao.mg.gov.br/crie-o-impossivel-convida-estudantes-de-escolas-publicas-para-uma-aula-aberta-com-palestras-inspiradoras-sobre-empreendedorismo/>>. Acesso em: 1 abr. 2024.

⁸⁹ Programas e Projetos: Programa Educação para o Futuro. *In: Secretaria de Educação do estado do Paraná*. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.educacao.pr.gov.br/educacao_futuro>. Acesso em: 1 abr. 2024.

Hoje está em curso um projeto que vulnerabiliza a gratuidade e universalização do Ensino Médio brasileiro. Proposta essa que já tomou conta do Ensino Superior, e não deve parar até tomar toda a Educação Básica. Segundo a reportagem de Beatriz Mota (2020) o então Ministro da Economia Paulo Guedes anunciava do Fórum Econômico Mundial, que estava trabalhando em um programa de distribuição de vouchers - cupons que funcionam como uma espécie de cheque - para a educação infantil. Assim como no EUA, esses vouchers seriam entregues as famílias, para que elas possam “escolher” onde aplicar tal recurso, podendo ser na escola pública, ou como complemento de mensalidades de escolas privadas. Ou seja, o debate de desvincular até mesmo o financiamento da educação pelo Estado já está avançando e tem sido inclusive inflamada, desde a época de governo de Temer.

Atualmente o governo do presidente Lula suspendeu a implementação da reforma, mas tem adotado um discurso moderador, afirmando que a reforma não foi eficiente por um erro de desenho e implementação de projeto, que não é de todo ruim e alguns elementos podem e deve ser reutilizado na nova proposta do governo. Pelas declarações públicas surgidas em relação ao tema até então, pode se concluir que duas características fundamentais devem continuar, a carga horária integral complementada pelo ensino profissionalizante, e a possibilidade de participação do terceiro setor na gestão escolar.

O Ministro da Educação Camilo Santana declarou que a reforma “[...] não é uma disputa política”⁹⁰. Mas segue a cartilha de orientações do terceiro setor, onde o desenvolvimento da educação pública deve ser constituído enquanto uma gestão empresarial, que pauta a neutralidade, o tecnicismo e eficiência através da avaliação de resultados. No entanto esses grupos – Todos Pela Educação, Movimento todos pela Base, Educação do Futuro, entre outros -, tem seus objetivos política demarcados para educação pública brasileira. O fim da universalização e da gratuidade, e implementação de uma pedagogia conformista em prol da hegemonia ideológica do capital.

⁹⁰ GADELHA, Igor; CALVACANTE, Isabella. “Não é disputa política”, diz Camilo sobre mudar Novo Ensino Médio: Projeto do governo Lula para atualizar Novo Ensino Médio está parado na Câmara por falta de acordo entre Executivo e Legislativo. **Metrópoles**, [S. l.], 2 mar. 2024. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/brasil/nao-e-disputa-politica-diz-camilo-sobre-mudar-novo-ensino-medio>>. Acesso em: 1 abr. 2024.

REFERÊNCIAS

I. Imprensa

ANJOS, Anna Beatriz. Na COP28, Lula mostra lição de casa sobre Amazônia, mas reforça contradição com petróleo: Ao se apresentar como liderança contra a crise climática em Dubai, presidente é cobrado por não abrir mão de fosséis. *In: Brasil de Fato*. [S. l.], 4 dez. 2023. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2023/12/04/na-cop28-lula-mostra-licao-de-casa-sobre-amazonia-mas-reforca-contradicao-com-petroleo>>. Acesso em: 6 dez. 2023.

BIERNATH, André. Por que governo Bolsonaro é investigado por suspeita de genocídio contra os yanomami: O Supremo Tribunal Federal (STF) determinou a abertura de uma investigação de autoridades do governo Jair Bolsonaro (PL) pela suposta prática de genocídio de indígenas yanomami. O pedido foi assinado pelo ministro Luís Roberto Barroso nesta segunda-feira (30). **BBC NEWS Brasil**, [S. l.], 27 jan. 2023. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-64417930>>. Acesso em: 8 nov. 2023.

BITTENCOURT, Edmundo; BITTENCOURT, Paulo. Basta! **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 31 mar. 1964. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/imagens/dossies/nav_jgoulart/fotos/Modulo6/bn02.jpg>. Acesso em: 1 nov. 2023.

BRASIL DE FATO. Bolsonaro tem vizinhos, amigos e aliados políticos suspeitos de envolvimento com paramilitares; veja infográfico. **Brasil de Fato**, São Paulo, 7 abr. 2022. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/04/07/familia-bolsonaro-acumula-indicios-de-envolvimento-com-milicianos-relembre-os-casos>>. Acesso em: 8 nov. 2023.

BRASIL DE FATO. BRASKEM: Bairro em Maceió está afundando meio centímetro por hora, segundo Defesa Civil: Defesa Civil afirmou que o ritmo de afundamento do solo da mina 18 da Braskem dobrou de velocidade nas últimas 24 horas. *In: Brasil de Fato*. São Paulo, 10 dez. 2023. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2023/12/10/braskem-bairro-em-maceio-esta-afundando-meio-centimetro-por-hora-segundo-defesa-civil>>. Acesso em: 6 dez. 2023.

BRANDÃO, Marcelo. Temer diz que aproveita impopularidade para adotar medidas de interesse do país. **Agência Brasil**, Brasília, 7 abr. 2018. Disponível em:

<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-04/temer-diz-que-aproveita-impopularidade-para-adotar-medidas-de-interesse-do>>. Acesso em: 7 nov. 2023.

CAMPANERUT, Camila. Dilma é aprovada por 79% e supera Lula e FHC, diz CNI/Ibope. **Uol**, [S. l.], 19 mar. 2013. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/03/19/dilma-cni-ibope.htm>>. Acesso em: 23 out. 2023.

DULCE, Emilly; CARVALHO, Igor; CONSOLE, Luciana. Mais de um milhão vão às ruas em defesa da educação e contra a reforma da Previdência: Em todos os estados, brasileiros manifestaram repúdio ao corte de 30% no orçamento das universidades federais. **Brasil de Fato**, São Paulo, 30 maio 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/05/15/em-todos-os-estados-brasileiros-vaio-as-ruas-em-defesa-da-educacao-e-contra-bolsonaro/>>. Acesso em: 5 dez. 2023.

ESTADÃO. Chegou a hora de dizer: basta! **Estadão**, [S. l.], 13 mar. 2016. Opinião. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/opiniao/chegou-a-hora-de-dizer-basta/>>. Acesso em: 1 nov. 2023.

FOLHA DE S. PAULO. Aprovação a governo Dilma Rousseff cai 27 pontos em três semanas. **Folha de S. Paulo**, [S. l.], 29 jun. 2013. Datafolha: Instituto de pesquisa. Disponível em: <<https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/06/1303659-aprovacao-a-governo-dilma-rousseff-cai-27-pontos-em-tres-semanas.shtml>>. Acesso em: 2 out. 2023.

FOLHA DE S. PAULO. Últimas notícias: Ataques de 8 de janeiro. *In*: **Folha de S. Paulo**: Folha tópicos. São Paulo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/ataque-a-democracia/>>. Acesso em: 6 dez. 2023

FOLHA DE S. PAULO. Ataques de 8 de janeiro. *In*: **Folha de S. Paulo**: Folha tópicos. São Paulo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/ataque-a-democracia/>>. Acesso em: 6 dez. 2023

GADELHA, Igor; CALVACANTE, Isabella. “Não é disputa política”, diz Camilo sobre mudar Novo Ensino Médio: Projeto do governo Lula para atualizar Novo Ensino Médio está parado na Câmara por falta de acordo entre Executivo e Legislativo. **Metrópoles**, [S. l.], 2 mar. 2024. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/brasil/nao-e-disputa-politica-diz-camilo-sobre-mudar-novo-ensino-medio>>. Acesso em: 1 abr. 2024.

G1. Brasil deve recuperar posto de 6ª maior economia em 2013, mostra FMI. **g1**, [S. l.], 19 abr. 2013. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2013/04/brasil-deve-recuperar-posto-de-6-maior-economia-em-2013-mostra-fmi.html>>. Acesso em: 24 out. 2023.

G1. CPI DA COVID: Relatório Final. **g1**, [S. l.], 20 out. 2021. Disponível em: <<https://especiais.g1.globo.com/politica/cpi-da-covid/2021/cpi-covid-relatorio-final-bolsonaro-outros-investigados/>>. Acesso em: 5 dez. 2023

G1. Governo Temer tem aprovação de 7% e reprovação de 62%, diz Datafolha: Rejeição à gestão do emedebista recuou para 62% no fim do governo, apontou o instituto. Levantamento ouviu 2.077 pessoas em 130 municípios entre os dias 18 e 19 de dezembro. **g1**, Brasília, 27 dez. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/12/27/reprovacao-de-temer-recua-para-62-no-fim-do-governo-diz-datafolha.ghm>>. Acesso em: 7 nov. 2023.

G1. Pesquisa Datafolha: Lula, 39%; Bolsonaro, 19%; Marina, 8%; Alckmin, 6%; Ciro, 5%; Álvaro Dias tem 3% e Amoêdo, 2%. Meirelles, Boulos, Daciolo e Vera têm 1% cada. Demais candidatos não atingem 1%. Levantamento foi feito entre os dias 20 e 21 e ouviu 8.433 eleitores em 313 municípios. **G1**, [S. l.], 28 ago. 2018. Eleições 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numericos/noticia/2018/08/22/pesquisa-datafolha-lula-39-bolsonaro-19-marina-8-alckmin-6-ciro->

5.ghml>. Acesso em: 7 nov. 2023.

GLOBO. Economia brasileira avançou 2,3% em 2013, diz IBGE. **Globo**, [S. l.], 27 fev. 2014. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2014/02/economia-brasileira-avancou-23-em-2013-diz-ibge.html>>. Acesso em: 24 out. 2023.

GLOBO. PSDB pede ao TSE auditoria para verificar 'lisura' da eleição: Objetivo, segundo partido, é evitar 'sentimento' de que houve fraude. Proposta prevê criação de comissão com membros do TSE e dos partidos. **Globo**, [S. l.], 30 out. 2014. Política. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2014/10/psdb-pede-ao-tse-auditoria-para-verificar-lisura-da-eleicao.html>>. Acesso em: 2 out. 2023.

GRANDIN, Felipe; OLIVEIRA, Leandro; ESTEVES, Rodrigo. Percentual de voto nulo é o maior desde 1989; soma de abstenções, nulos e brancos passa de 30%. **G1**, [S. l.], 28 out. 2018. eleições 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numericos/noticia/2018/10/28/percentual-de-voto-nulo-e-o-maior-desde-1989-soma-de-abstencoes-nulos-e-brancos-passa-de-30.ghml>>. Acesso em: 5 dez. 2023.

GRASSO, Daniele; PELLICER, Luís. Os 10% mais ricos com 76% do patrimônio do planeta, o retrato da desigualdade na pandemia: Relatório mostra que disparidade entre ricos e pobres continuou crescendo entre 2019 e 2021, a era da covid-19. Brasil é mais desigual que EUA e China, e parcela mais rica ganha quase 30 vezes mais do que a base de 50% mais pobre. *In: El País: Economia*. [S. l.], 7 dez. 2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/economia/2021-12-07/os-10-mais-ricos-com-76-do-patrimonio-do-planeta-o-retrato-da-desigualdade-na-pandemia.html>>. Acesso em: 5 dez. 2023.

LISBOA, Vinícius. Desemprego em 2013 é o menor dos últimos 11 anos. **Agência Brasil**, [S. l.], 30 jan. 2014. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2014-01/denise-desemprego-fecha-2013-com-menor-media-anual-da-serie-historica#:~:text=A%20taxa%20de%20desocupa%C3%A7%C3%A3o%20oficial,tamb%C3%A9m%20j%C3%A1%20constatada%20na%20pesquisa>>. Acesso em: 20 out. 2023.

MAZUI, Guilherme. Retrospectiva 2019: lembre o que marcou o primeiro ano do governo Bolsonaro. **g1**, Brasília, 27 dez. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/retrospectiva/2019/noticia/2019/12/27/retrospectiva-2019-relembre-o-que-marcou-o-primeiro-ano-do-governo-bolsonaro.ghml>>. Acesso em: 5 dez. 2023.

MAZZA, Luiggi. BOLSONARO USOU A EXPRESSÃO “FICA EM CASA, A ECONOMIA A GENTE VÊ DEPOIS” EM MAIS DA METADE DAS LIVES NA PANDEMIA. **Piauí**, [S. l.], 30 set. 2022. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/bolsonaro-usou-expressao-fica-em-casa-economia-gente-ve-depois-em-mais-da-metade-das-lives-na-pandemia/>>. Acesso em: 5 dez. 2023.

MEGALE, Bela. Mesmo que Lula não se entregue, PF quer evitar confronto na prisão: A polícia ainda não foi procurada pela defesa de ex-presidente para a negociação. **O GLOBO**, [S. l.], 6 abr. 2018. Política. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/mesmo-que-lula-nao-se-entregue-pf-quer-evitar-confronto-na-prisao-22564000>>. Acesso em: 7 nov. 2023.

MONCAU, Gabriela. Por paz nas escolas e revogação do Novo Ensino Médio, estudantes vão às ruas nesta quarta (19): Além da revogação, secundaristas reivindicam conferências para construir uma "reforma popular do ensino médio". *In: Brasil de Fato*. São Paulo, 18 abr. 2023. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2023/04/18/por-paz-nas-escolas-e-revogacao-do-novo-ensino-medio-estudantes-vao-as-ruas-nesta-quarta-19>>. Acesso em: 6 dez. 2023.

MOTA, Beatriz. ‘Vouchers vão gerar um apartheid educacional’: Roberto Leher, pesquisador da educação e ex-reitor da UFRJ, vê grave encontro de fundamentalismos na política de vouchers

anunciada pelo ministro da economia, Paulo Guedes, para a educação infantil. **Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio**, [S. l.], 30 jan. 2020. Disponível em: <<https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/vouchers-vaog-gerar-um-apartheid-educacional>>. Acesso em: 1 abr. 2024.

MOTORYN, Paulo. Racismo: Bolsonaro volta a dizer que negros são pesados em arrobos, e PT entra com ação na PGR: Deputadas protestam contra mais uma declaração de teor racista do presidente; "Inaceitável", diz Benedita da Silva. **Brasil de Fato**, Brasília, 13 maio 2022. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/05/13/racismo-bolsonaro-volta-a-dizer-que-negros-sao-pesados-em-arrobos-e-pt-entra-com-acao-na-pgr>>. Acesso em: 8 nov. 2023.

NEIVA, Lucas. FALA DE TEOR PEDÓFILO DE BOLSONARO CHOCA REDES SOCIAIS. DEPUTADO ACIONA PGR. **Uol**, [S. l.], 16 out. 2022. Congresso em Foco. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/justica/fala-de-teor-pedofilo-de-bolsonaro-choca-redes-sociais-deputado-aciona-pgr/>>. Acesso em: 8 nov. 2023.

PALHARES, Isabela; MARTINS, Cristiano. Cinco instituições particulares concentram 27% dos alunos de graduação do país: Juntas, elas detêm mais matrículas do que toda a rede pública de ensino superior. **Folha de S.Paulo**, [S. l.], p. 1-1, 20 out. 2023. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2023/10/cinco-instituicoes-particulares-concentram-27-dos-alunos-de-graduacao-do-pais.shtml>>. Acesso em: 16 mar. 2024.

PEREIRA, Eliane. "POLÍCIA FEDERAL: A LEI É PARA TODOS". UMA FICÇÃO QUE CIMENTA A REALIDADE. **Brasil de Fato**, [S. l.], 2 set. 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/especiais/policia-federal-a-lei-e-para-todos-uma-ficcao-que-cimenta-a-realidade>>. Acesso em: 5 nov. 2023.

RAMALHO, Renan. Bolsonaro vira réu por falar que Maria do Rosário não merece ser estuprada: Deputado disse que ela é 'feia'; ele responderá por apologia ao crime e injúria. Defesa nega incitação de outros a estuprar; relator vê desprezo por vítimas. **G1**, Brasília, 22 jun. 2016. Política. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/06/bolsonaro-vira-reu-por-falar-que-maria-do-rosario-nao-merece-ser-estuprada.html>>. Acesso em: 8 nov. 2023.

REDAÇÃO. A Transmutação de Haddad: Como um sabão em pó em que o fabricante muda a embalagem para maquiagem o produto, enganando o consumidor, o PT transformou radicalmente a campanha do seu candidato: retirou Lula da propaganda e trocou o vermelho pelo verde e amarelo. **ISTOÉ**, [S. l.], 11 out. 2018, disponível <istoe.com.br/a-transmutacao-de-haddad/>. Acesso em: 5 nov. 2023.

REDAÇÃO. Católico, Temer reforça aceno a religiosos em seu discurso de posse. **Uol**, São Paulo, 12 maio 2016. Política. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/12/catolico-temer-reforca-aceno-a-religiosos-em-seu-discurso-de-posse.htm>>. Acesso em: 7 nov. 2023.

REDAÇÃO. Governo Bolsonaro acumula escândalos de corrupção; confira os principais: Bolsonaro diz não haver corrupção em seu governo, mas casos envolvendo a compra da vacina Covaxin, Ricardo Salles, tratoração e pastores no MEC impactam a gestão. **Estadão**, [S. l.], 22 jun. 2022. Política. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/politica/governo-bolsonaro-acumula-escandalos-de-corrupcao-confira-os-principais/>>. Acesso em: 8 nov. 2023.

REDAÇÃO. Leia a íntegra do discurso de Bolsonaro na cerimônia de posse no Congresso: Uma de minhas prioridades é proteger e revigorar a democracia brasileira, disse o presidente. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 1 jan. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-cerimonia-de-posse-no-congresso.shtml>>. Acesso em: 5 dez. 2023.

REDAÇÃO. Onda de direita toma o país. **Folha de S.Paulo**, [S. l.], 28 out. 2018. eleições 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://temas.folha.uol.com.br/eleicoes-2018-em-graficos/resultado/onda-de-direita-toma-o-pais.shtml>>. Acesso em: 5 dez. 2023.

RODRIGUES, Thais. 10 MENTIRAS QUE BOLSONARO FALOU SOBRE AS URNAS PARA DEFENDER O VOTO IMPRESSO. *In: Congresso em Foco*. [S. l.], 10 ago. 2021. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/10-mentiras-que-bolsonaro-falou-sobre-as-urnas-para-defender-o-voto-impresso/>>. Acesso em: 11 dez. 2023.

SALDANÃ, Paulo. MEC estende corte de 30% de verbas a todas as universidades federais: Ministro havia anunciado bloqueio a três unidades por motivos ideológicos, o que fere a Constituição. **Folha de S. Paulo**, [S. l.], p. 1, 30 abr. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/04/mec-estende-corte-de-30-de-verbas-a-todas-universidades-federais.shtml>>. Acesso em: 5 dez. 2023.

TUROLLO, Reynaldo. Sob comando de Bolsonaro, um terço das blitzes da PRF no segundo turno ocorreu no Nordeste: Corporação dedicou a maior parte dos esforços para a região, cuja frota representa apenas 17,6% do total de veículos do país. *In: Globo*. Brasília, 3 jul. 2023. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/07/sob-comando-de-bolsonaro-um-terco-das-blitzes-da-prf-no-segundo-turno-ocorreu-no-nordeste.ghtml>>. Acesso em: 11 dez. 2023.

UOL. Leia na íntegra os discursos de Lula na posse. *In: Uol*. São Paulo, 1 jan. 2023. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/01/01/posse-lula-discursos-congresso-planalto-integra.htm>>. Acesso em: 6 dez. 2023.

II. Web site e Portais Oficiais

Avaliação e Reestruturação da Política Nacional de Ensino Médio. *In: Governo Federal*. [S. l.], 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/participamaisbrasil/reestruturacao-da-politica-nacional-de-ensino-medio>>. Acesso em: 6 dez. 2023.

Bolsa Família completa 13 anos com prestígio internacional, mas sob risco: Criado no primeiro ano do governo Lula, maior programa de inclusão social do Brasil melhora índices sociais, mas está sob ameaça no governo golpista de Temer. [S. l.]: PT, 20 out. 2016. Disponível em: <<https://pt.org.br/bolsa-familia-completa-13-anos-com-prestigio-internacional-mas-sob-risco/#:~:text=%25%2C%20em%202014.-,RECONHECIMENTO%20INTERNACIONAL,aprimorado%20pela%20presidenta%20Dilma%20Rousseff>>. Acesso em: 29 jan. 2024.

CORONAVÍRUS Brasil: Painel Geral. [S. l.], última atualização 15 dez. 2023. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em: 5 dez. 2023.

iFood investe em itinerário formativo de escolas de SP e SE: Em parceria com Instituto Reúna, empresa apoia revisão de currículo paulista e cria trilha para escolas sergipanas que foca no uso da tecnologia. *In: iFood*. [S. l.], 13 fev. 2023. Disponível em: <<https://institucional.ifood.com.br/noticias/ifood-investe-em-itinerario-formativo/>>. Acesso em: 17 mar. 2024.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep): Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa). *In: Gov.br*. [S. l.], 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/pisa>>. Acesso em: 1 mar. 2024.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep): Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). *In: Gov.br*. [S. l.], 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb>>. Acesso em: 1 mar. 2024.

MENEZES, Dyelle; PERA, Guilherme. "É a maior revolução na área de ensino no país dos últimos 20 anos", diz ministro: Na Câmara, ministro listou programas da educação básica à superior lançados pela pasta. **Portal MEC**, [S. l.], p. 1, 12 dez. 2019. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/52641>>. Acesso em: 5 dez. 2023.

NOTÍCIAS: "Crie o Impossível" convida estudantes de escolas públicas para uma aula aberta com palestras inspiradoras sobre empreendedorismo. *In: Secretaria de Educação do estado de Minas Gerais*. [S. l.], 27 maio 2022. Disponível em: <<https://www.educacao.mg.gov.br/crie-o-impossivel-convida-estudantes-de-escolas-publicas-para-uma-aula-aberta-com-palestras-inspiradoras-sobre-emprendedorismo/>>. Acesso em: 1 abr. 2024.

PLENÁRIO do TSE: PSDB não encontra fraude nas Eleições 2014. **Tribunal Superior Eleitoral**, [S. l.], 5 nov. 2015. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2015/Novembro/plenario-do-tse-psdb-nao-encontra-fraude-nas-eleicoes-2014>>. Acesso em: 2 out. 2023.

Programas e Projetos: Programa Educação para o Futuro. *In: Secretaria de Educação do estado do Paraná*. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.educacao.pr.gov.br/educacao_futuro>. Acesso em: 1 abr. 2024.

Quem somos?. *In: Movimento Pela Base*. [S. l.], 2024. Disponível em: <<https://movimentopelabase.org.br/quem-somos/#quem>>. Acesso em: 12 mar. 2024.

Quem somos? *In: Todos Pela Educação*. [S. l.], 2023. Disponível em: <<https://todospelaeducacao.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 23 fev. 2024.

STF confirma anulação de condenações do ex-presidente Lula na Lava Jato: Por 8 votos a 3, Plenário rejeitou recurso da PGR contra decisão do ministro Edson Fachin que julgou incompetente o juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba. *In: Supremo Tribunal Federal*. [S. l.], 15 abr. 2021. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=464261&ori=1>>. Acesso em: 11 dez. 2023.

III. Legislatura

CÂMARA DOS DEPUTADOS - COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROMOVER ESTUDOS E PROPOSIÇÕES PARA A REFORMULAÇÃO DO ENSINO MÉDIO. **Projeto de Lei nº 6840, de 27 de novembro de 2013**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir a jornada em tempo integral no ensino médio, dispor sobre a organização dos currículos do ensino médio em áreas do conhecimento e dá outras providências. [S. l.], 27 nov. 2013. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=602570>>. Acesso em: 23 fev. 2024.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROMOVER ESTUDOS E PROPOSIÇÕES PARA A REFORMULAÇÃO DO ENSINO MÉDIO. **Projeto de Lei nº PL 6840/2013, de 27 de novembro de 2013**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir a jornada em tempo integral no ensino médio, dispor sobre a organização dos currículos do ensino médio em áreas do conhecimento e dá outras providências. [S. l.], 27 nov. 2013.

Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=602570>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 746, DE 22 DE SETEMBRO DE 2016: Exposição de Motivos. *In: Portal da Câmara dos Deputados*. Brasília, 15 set. 2016. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2016/medidaprovisoria-746-22-setembro-2016-783654-exposicaodemotivos-151127-pe.html>. Acesso em: 1 fev. 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Brasil). Camilo Sobreira de Santana. **PORTARIA Nº 627, DE 4 DE ABRIL DE 2023**. [S. l.], 4 abr. 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-627-de-4-de-abril-de-2023-475187235>. Acesso em: 10 set. 2023.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019**. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. [S. l.], 12 nov. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm. Acesso em: 5 dez. 2023.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 9694, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. [S. l.], 20 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 12 mar. 2024.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001**. Cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação - "Bolsa Escola", e dá outras providências. [S. l.], 11 abr. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110219.htm. Acesso em: 26 jan. 2024.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004**. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. [S. l.], 9 jan. 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm. Acesso em: 27 jan. 2024.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. [S. l.], 29 ago. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 1 abr. 2024.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. [S. l.], p. 1-25, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em: 7 nov. 2023.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. [S. l.], 13 jul. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm. Acesso em: 6 dez. 2023.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023**. Institui o Programa Bolsa Família; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto em folha de pagamento, e a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003; e revoga dispositivos das Leis nºs 14.284, de 29 de dezembro de 2021, e 14.342, de 18 de maio de 2022, e a Medida Provisória nº 1.155, de 1º de janeiro de 2023. [S. l.], 19 jun. 2023. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114601.htm>. Acesso em: 27 jan. 2024.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016**. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. [S. l.], 22 set. 2016. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/mpv/mpv746.htm>. Acesso em: 1 nov. 2023.

SENADO FEDERAL. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. [S. l.], 15 dez. 2016. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/540698/publicacao/15655553>>. Acesso em: 1 nov. 2023.

IV. Bibliografia

ALVES, Yossonale Viana. **Educação profissional, terceirização e força de trabalho da juventude: dilemas e perspectivas**. Natal: IFRN, 2020. Disponível em: <[https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/2085/EDUCAC%20A%20O%20PROFISSIONAL,%20TERCEIRIZAC%20A%20O%20E%20FORC%20A%20DE%20TRABALHO%20DA%20JUVENTUDE%20-%20ebook-final%20\(2\).pdf?sequence=5](https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/2085/EDUCAC%20A%20O%20PROFISSIONAL,%20TERCEIRIZAC%20A%20O%20E%20FORC%20A%20DE%20TRABALHO%20DA%20JUVENTUDE%20-%20ebook-final%20(2).pdf?sequence=5)>. Acesso em: 01 abr. 2024.

AMARAL, Marina. Jabuti não sobe em árvore: como o MBL se tornou líder das manifestações pelo impeachment. *In*: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (org.). **Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo. p. 49-54, 2016.

BANCO MUNDIAL. **Desenvolvimento e redução da pobreza: reflexão e perspectiva**. Preparado para as reuniões anuais de 2004 do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional). Washington, DC: Communications Development Incorporated, p. 5 out. 2004. Disponível em: <<https://documents1.worldbank.org/curated/zh/946581468330018381/pdf/32112Portuguese-ver-31872020.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2024.

BOITO JR, Armando. Os atores e o enredo da crise política. *In*: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (org.). **Por que gritamos golpe?** para entender o impeachment e a crise política no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, p. 23-30, 2016.

COHEN, Stanley. **Folk Devils and Moral Panics: The Creation of the Mods and Rockers**. [S. l.]: Routledge, 1972.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversa sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, PUC, nº 35, p. 258-259, 2007.

CUNHA, Luiz Antônio. O Legado da ditadura para a educação brasileira. **Educação & Sociedade**, [s. l.], jun 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/Tm5wH75ZnW3DLpxLbLFqcv/?lang=pt>>. Acesso em: 23 fev. 2024.

DALLAGNOL, Deltan. **A luta contra corrupção**: A Lava Jato e o futuro de um país marcado pela impunidade. [S. l.]: Primeira Pessoa, 2017.

DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento. A FUNCIONALIDADE DO TERCEIRO SETOR E DAS ONGS NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: O DEBATE SOBRE SOCIEDADE CIVIL E FUNÇÃO SOCIAL. **Libertas**, Juiz de Fora, v.8, n.1, p. 50 - 72, jan-jun , 2008. p.50.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi; SILVA, Monica Ribeiro. CENTRALIDADE DO ENSINO MÉDIO NO CONTEXTO DA NOVA “ORDEM E PROGRESSO”. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 38, nº 139, p. 287-292, abr-jun, 2017.

FERRETI, Celso João; SILVA, Monica Ribeiro. Reforma do Ensino Médio no contexto da medida provisória nº 746/2016: Estado, currículo e disputas por hegemonia. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 38, nº 139, p. 385-404, abr-jun, 2017.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A REFORMA EMPRESARIAL DA EDUCAÇÃO**: Nova direita, velhas ideias. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **ESCOLA “SEM” PARTIDO**: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ: Laboratório de Políticas Públicas (LPP-UERJ), 2017. p. 17-34. ISBN 978-85-92826-07-9. Disponível em: <<https://www.ifg.edu.br/attachments/article/7536/A%20g%C3%AAAnese%20das%20teses%20do%20Escola%20sem%20Partido%20esfinge%20e%20ovo%20da%20serpente%20que%20amea%C3%A7a%20a%20sociedade%20e%20a%20educa%C3%A7%C3%A3o%20%E2%80%93%20Gaud%C3%AAncio%20Frigotto.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2023.

GOHN, M. DA G. A sociedade brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais. **Caderno CRH**, v. 27, n. 71, p. 431–441, jun. 2014.

Instituto de Estudos Socioeconômicos – Inesc. A experiência do ensino durante a pandemia de Covid-19 no Brasil. Brasília. 2021. Disponível em: <https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2021/11/MALALA-V1-Relatorio-Pesquisa_V6.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2023.

Instituto de Estudos Socioeconômicos – Inesc. Depois do desmonte: Balanço do Orçamento Geral da União 2022. Brasília. 2023. Disponível em: <https://inesc.org.br/wp-content/uploads/2023/04/depois_do_desmonte-bogu_2022.pdf?x92701>. Acesso em: 5 dez. 2023.

KUENZER, Acacia Zeneida. O ensino Médio no Contexto das Políticas Públicas de Educação no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 4, p. 20-77, 1997.

_____. TRABALHO E ESCOLA: a flexibilização do Ensino Médio no contexto do regime de acumulação flexível. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.38, nº. 139, p. 331-354, abr. – jun. 2017.

LIMA, Marcelo; MACIEL, Samanta Lopes. A reforma do Ensino Médio do governo Temer: corrosão do direito à educação no contexto de crise do capital no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, [s. l.], v. 23, p. 1-25, 2018. p.10. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/ypLL3PnTmLQkFfr97q4s3Rf>>. Acesso em: 7 nov. 2023.

LOPES, Mauro. As quatro famílias que decidiram derrubar um governo democrático. *In*: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (org.). **Por que gritamos golpe?**: para entender o impeachment e a crise política no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo. p. 119-126, 2016.

LÖWL, Michael. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. *In*: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (org.). **Por que gritamos golpe?**: para entender o impeachment e a crise política no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, p. 61-68, 2016.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à "ideologia de gênero" - Escola Sem Partido e as leis da mordça no parlamento brasileiro. **Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 590-621, 2016.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. O Ensino Médio e as comparações internacionais: Brasil, Inglaterra e Finlândia. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 38, nº 139, p. 406 - 429, abr-jun, 2017.

MACEDO, Elizabeth. As demandas conservadoras do Movimento Escola Sem Partido e a Base Nacional Curricular Comum. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 507-524, abr-jun 2017.

MOTTA, Vânia Cardoso; FRIGOTTO, Gaudêncio. Por que a urgência da Reforma do Ensino Médio? Medida Provisória Nº746/2016 (Lei nº13.415/2017). **Educação & Sociedade**, Campinas, v.38, nº. 139, p. 355-372, abr. – jun. 2017.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de; MONTEIRO, José Marciano; GOULART, Mônica Helena Harrich Silva; VANALI, Ana Christina. PROSOPOGRAFIA FAMILIAR DA OPERAÇÃO "LAVA-JATO" E DO MINISTÉRIO TEMER. **REVISTA NEP-UFPR (Núcleo de Estudos Paranaenses)**, Curitiba, n. 3, p. 1-28, agosto 2017. DOI <http://dx.doi.org/10.5380/nep.v3i3>. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/nep/article/view/55093/33455>>. Acesso em: 19 out. 2023.

PAULANI, Leda Maria. Uma ponte para o abismo. *In*: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (org.). **Por que gritamos golpe?**: para entender o impeachment e a crise política no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo. p. 70-76, 2016.

PEREIRA, Jorge Alberto Saboya. A “REFORMA” UNIVERSITÁRIA NEOLIBERAL NOS GOVERNOS DE FHC E LULA EM QUESTÃO. **[SYN]THESIS**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 41-54, jan-jun 2017.

POLÍCIA FEDERAL - A LEI É PARA TODOS. Direção: Marcelo Antunez. [S. l.]: Paris Filmes, 2017. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/policia-federal-a-lei-e-para-todos/t/nzBxw7zZgS/>>. Acesso em: 1 nov. 2023.

QUINALHA, Renan. “Em nome de Deus e da família”: um golpe contra a diversidade. *In*: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (org.). **Por que gritamos golpe?**: para entender o impeachment e a crise política no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo. p.131-137, 2016. p.132.

Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert. 2022. Disponível em: <<https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>>. Acesso em: 5 dez. 2023.

SORDI, Denise De; FÁVERO, Douglas Gonsalves (org.). **EXPERIÊNCIAS E PROCESSOS SOCIAIS: Trabalho e Educação**. São Paulo: Verona, 2021. p. 546-575. ISBN 978-65-87657-08-0.

SOUZA, Herbert José de. Sistema do capital mundial: Dados gerais. *In*: **Como se faz análise de conjuntura**. 34. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2022. cap. 2, p. 19-24. ISBN 978-85-326-0091-2.

TELLES, Vera da Silva. A “NOVA QUESTÃO SOCIAL” BRASILEIRA: OU COMO AS FIGURAS DE NOSSO ATRASO VIRARAM SÍMBOLO DE NOSSA MODERNIDADE. **CADERNO CRH**, Salvador, nº 30/31, p. 85-110, jan - dez. 1999.

VITORETTI, Guilherme Bernardo. Base Nacional Comum Curricular (BNCC): uma visão crítica de sua formulação. **Notas de trabalho**, Franca: – UNESP – FCHS - Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas, nº 11, nov. 2022.